

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 215/2020
Data: 17/12/2020

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
IMPORTAÇÕES VÃO CRESCER 7%, PROJETA ARMADORA.....	4
COMISSÃO APROVA INDICAÇÃO DE FLÁVIA TAKAFASHI PARA INTEGRAR DIRETORIA DA ANTAQ	5
JUSTIÇA FEDERAL LIBERA COBRANÇA DO SSE.....	6
IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL DE GÁS NO PORTO DE SANTOS É TEMA DE AUDIÊNCIA	7
PAULO HENRIQUE CREMONEZE: O MAIOR SINISTRO DE OVERBOARD DA HISTÓRIA	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
ANTAQ APROVA ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRIMEIRO PROJETO DE DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS	9
AVISO DE PAUTA - LEILÃO DE ÁREAS EM ARATU (BA) E MACEIÓ (AL)	10
ANTAQ REALIZA CURSO VIRTUAL DE FISCALIZAÇÃO PARA SERVIDORES	10
ANTAQ AUTORIZA REGISTROS DE INSTALAÇÃO DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO EM MANAUS E RURÓPOLIS (PA)..	11
ABTRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS	12
ECOPORTO AMPLIA CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM EM 40% COM PROJETO COMBILIFT	12
PORTAL PORTO GENTE	13
TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ TEM CALADO OPERACIONAL AMPLIADO	13
INFRAERO PRESTARÁ SERVIÇOS NA PISTA DO AEROPORTO DE PONTA GROSSA	14
O SOPESP - SINDICATO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS - SP	15
GOVERNO APRESENTA PLANOS PARA PORTOS E FERROVIAS A EXECUTIVOS DO GRUPO MSC.....	15
VEJA 4 FATORES PARA ACREDITAR QUE RUMO SE SAIRÁ BEM EM 2021	15
PRESIDENTE DA FIEP DESTACA A IMPORTÂNCIA DA NÃO PARALISAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ	16
PORTO DO ITAQUI RECEBE LIDERANÇA DO PORTO DE VITÓRIA	17
ISTOÉ - DINHEIRO	18
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCESSÃO DE SANEAMENTO NO RJ FICA PARA A PRÓXIMA SEMANA.....	18
CONGRESSO APROVA CRÉDITO PARA GOVERNO PAGAR DÍVIDAS INTERNACIONAIS	19
DEPUTADOS APROVAM CRÉDITO PARA ORGANISMOS MULTILATERAIS E EMENDAS EXTRAS	20
LEILÃO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA TEM DESÁGIO MÉDIO DE 55,24%	20
EXTRA ONLINE	21
GOVERNO DE MG ESPERA ACORDO COM VALE SOBRE BRUMADINHO EM JANEIRO, DIZ SECRETÁRIO.....	21
APÓS VENCER LEILÃO DE TRANSMISSÃO, MEZ ENERGIA PREVÊ EXPANDIR ATUAÇÃO NO SETOR	21
BNDES VAI FINANCIAR R\$3 BI EM EXPORTAÇÕES DA EMBRAER	22
LEILÃO DE PROJETOS DE TRANSMISSÃO COMEÇA COM DISPUTA E DESÁGIOS ACIMA DE 60%	23
COSAN APROVA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA	23
AGÊNCIA EPBR DE NOTÍCIAS	24
SHELL, OMV E MONTADORAS SE UNEM PARA IMPLANTAR FROTA DE CAMINHÕES A HIDROGÊNIO NA EUROPA	27
JORNAL O GLOBO – RJ	28
LEILÃO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA TEM DESÁGIO DE ATÉ 70% E PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 7,3 BILHÕES	28
CÂMARA CONCLUI VOTAÇÃO DE MP PARA RETOMAR ANGRA 3 E REDUZIR CONTAS DE LUZ NO NORTE E NORDESTE.....	29
LEILÃO DE 22 AEROPORTOS INCLUÍDOS NA NOVA RODADA DE CONCESSÃO É MARCADO PARA 7 DE ABRIL DE 2021	30
SOCORRO A ESTADOS REDUZ EXIGÊNCIA DE PRIVATIZAÇÃO DE ESTATAIS COMO CONTRAPARTIDA	31
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEDAE APROVA CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO DA ESTATAL	32
CONGRESSO APROVA LEI QUE DEFINE DIRETRIZES DO ORÇAMENTO E AFASTA RISCO DE APAGÃO NAS DESPESAS EM 2021	33
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	36
NOVO MINISTRO DO TURISMO DIZ QUE GOVERNO VAI REDUZIR IMPOSTO DE ALUGUEL DE AERONAVES	36
ATIVIDADE INDUSTRIAL VOLTA A CRESCER EM NOVEMBRO, MAS EM RITMO MENOR QUE OUTUBRO	37
BOLSONARO SANCIONA LEI QUE LIBERA USO DE FUNDO PARA BANDA LARGA E INTERNET RURAL.....	38
GRUPO ULTRA CONTRATA BANCO PARA VENDER OXITENO	39
APÓS CRISE NO AMAPÁ, BENTO ALBUQUERQUE DIZ QUE PAÍS TEM 'ABUNDÂNCIA DE FONTES DE ENERGIA'	39
VALOR ECONÔMICO (SP)	40
PESQUISA DA ABAG APONTA INFRAESTRUTURA COMO PRINCIPAL GARGALO PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO	40
EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR CAMINHAM PARA NOVO RECORDE EM 2020/21	41
MPF ACUSA GOVERNO DE ALICIAR INDÍGENA POR FERROGRÃO	42



REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA COSAN SERÁ CONCLUÍDA NO 1º TRI, DIZ PRESIDENTE.....	42
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO.....	43
PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES EMPACA E MAIORIA DOS LEILÕES PREVISTOS PARA 2020 VIRA PROMESSA PARA 2021.....	43
ANTT APROVA EDITAL DE CONCESSÃO DA FERROVIA OESTE-LESTE, COM PREVISÃO DE LEILÃO EM ABRIL.....	48
VALE APROVA PRORROGAÇÃO POR 30 ANOS DE CONCESSÕES FERROVIÁRIAS E PREVÊ COMPROMISSOS DE R\$ 24,7 BILHÕES .	49
FOLHA DE SÃO PAULO - SP.....	50
MPF APONTA TENTATIVA DE ALICIAMENTO DE INDÍGENA EM NEGOCIAÇÕES PARA FERROGRÃO	50
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	52
DOCAS DO RIO LANÇAM LICITAÇÃO PARA MODERNIZAR CAIS DA GAMBOA	52
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	53
RELATÓRIO APONTA CRISE ECONÔMICA, MEIO AMBIENTE E ATAQUES CIBERNÉTICOS COMO PRINCIPAIS TEMORES DO SETOR MARÍTIMO	53
MINFRA ESTUDA POSSIBILIDADE DE SUBSÍDIO PARA EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS.....	54
PRORROGAÇÃO ANTECIPADA DAS FERROVIAS DA VALE É APROVADA	55
DOCAS DO RIO VAI MODERNIZAR O CAIS MAIS ANTIGO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO.....	57
MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO ARCO NORTE CRESCER 8,4% DE JANEIRO A OUTUBRO DESTES ANOS	58
TERMINAIS PORTUÁRIOS DA CODEBA SERÃO LEILOADOS SEXTA-FEIRA	59
TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ TEM CALADO OPERACIONAL AMPLIADO	59
CONSULTA SOBRE DESESTATIZAÇÃO DA CODESA SERÁ ABERTA NESTA SEXTA-FEIRA	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	61
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

IMPORTAÇÕES VÃO CRESCER 7%, PROJETA ARMADORA

Líder mundial no transporte marítimo de contêineres, Maersk prevê retomada econômica

Por Matheus Müller Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133311:1608217163/CANAL-DO-PORTO-NAVIO-MAERSK-LABREA-SAINDO-PONTA-DA-PRAIA-Porto-Mar.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=ae92f75&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133311:1608217163/CANAL-DO-PORTO-NAVIO-MAERSK-LABREA-SAINDO-PONTA-DA-PRAIA-Porto-Mar.JPG?f=2x1&pf=ae92f75&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Navio da Maersk manobra em frente à terminal de Santos: armadora espera alta das exportações em 2021 (Foto: Carlos Nogueira)

A armadora Maersk, líder mundial no transporte marítimo de contêineres, prevê uma alta de 7% nas importações e de 3,5% nas exportações no próximo ano. O índice é considerado positivo e viável, diante da recuperação das operações observada a partir do final do terceiro trimestre deste ano. As informações foram divulgadas na manhã desta quarta-feira (16), em coletiva virtual com executivos da empresa.

“Esse é um número bastante otimista, tendo em vista os números de 2020”, disse José Salgado, diretor principal da empresa para Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Ele aponta que o crescimento está muito voltado às exportações do agronegócio e de proteína animal.

O balanço indica que a exportação se manteve positiva ao longo de todo ano, com crescimento de 4% no primeiro trimestre, 1% no segundo (período em que houve o pico da pandemia) e 7% entre julho e setembro. O resultado, segundo Salgado, se deve a fatores como: a guerra comercial entre Estados Unidos e China, a valorização do dólar e a uma seca nas zonas produtoras norte-americanas, o que também favoreceu a exportação de soja e demais produtos básicos. O executivo destacou, ainda, a força da carga refrigerada brasileira, que demonstrou uma retomada mais forte.

“Percebemos uma evolução de crescimento mais rápido na refrigerada, principalmente na parte de frutas e proteína animal, que estão diretamente ligadas ao consumo. Apesar do covid19 e da crise, ela (exportação) vem recuperando”, aponta.

A carne de porco teve aumento de 63% nas exportações, na comparação dos terceiros trimestres de 2019 e 2020. A China, por exemplo, aumentou em 125% o volume de importações do produto brasileiro - muito disso se deve à febre suína no país asiático.

Em relação às frutas, a alta foi de 15%. Já a madeira registrou um crescimento de 28%, o açúcar, de 88%, e o café, de 10%.

Importação

Na contramão da exportação, a importação, que vinha em alta desde 2019 e inclusive fechou o primeiro trimestre com 9% de crescimento, sofreu uma queda brusca. A retração no segundo e terceiro trimestres foi de 21% e 22%, respectivamente.

“A importação foi a grande preocupação ao longo de 2020. Ela foi muito impactada pelos produtos químicos (-12%)”, disse Mariana Lara, diretora comercial da empresa no Brasil. Outros setores que estão em baixa, também na comparação dos terceiros trimestre de 2019 e 2020, são: automobilístico (-42%), eletrônicos (-13%), têxtil (-32%).

Logística

Os executivos da Maersk destacaram, na coletiva, que vão intensificar as atividades aéreas e anunciaram o começo do transporte de carga fracionada em janeiro – neste modelo, a armadora pode usar um contêiner para acomodar a carga de mais de um cliente.

Santos registra alta em embarques

Os resultados da Maersk no Porto de Santos são semelhantes ao do balanço que leva em consideração todos os portos brasileiros. A exportação vem em alta de 4,7% e a importação, em queda de 26,9% - índices do terceiro trimestre de 2020 em comparação ao mesmo período do ano passado.

No mês a mês, o envio de contêineres ao exterior só teve dois momentos de retração: em março (-1%) e em setembro (-6%). Em contrapartida, janeiro (10%), fevereiro (17%), julho (13%) e agosto (10%) registraram as melhores movimentações da temporada.

A importação que começou bem o ano, com crescimento de 12% em janeiro, em comparação ao mesmo período de 2019, sofreu uma mudança de cenário em março (-9%), justamente quando a pandemia se agravou na Ásia e Europa. De maio a setembro, a oscilação variou entre -22% e -36%. O pior resultado foi registrado em junho.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 17/12/2020

COMISSÃO APROVA INDICAÇÃO DE FLÁVIA TAKAFASHI PARA INTEGRAR DIRETORIA DA ANTAQ

Flávia Takafashi foi sabatinada pela Comissão de Infraestrutura



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133116:1608135135/Flavia-Morais-Lopes-Takafashi-diretoria-da-Agencia-Nacional-de-Transportes-Aquaviarios-Antaq.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=ad11c85&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133116:1608135135/Flavia-Morais-Lopes-Takafashi-diretoria-da-Agencia-Nacional-de-Transportes-Aquaviarios-Antaq.jpg?f=2x1&pf=ad11c85&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Flávia Takafashi foi sabatinada pela Comissão de Infraestrutura (Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado)

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou, na última segunda-feira (14), o nome de Flávia Morais Lopes Takafashi para integrar a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor). A indicação agora será votada pelo Plenário.

Flávia é presidente do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Santos desde o ano passado. Formada em Direito, ela é servidora de carreira da agência desde 2010 e também chefia o Departamento de Gestão de Contratos da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura.

Em sua sabatina à CI, Flávia Takafashi afirmou que o setor de transportes aquaviários é “um dos mais estratégicos” para o desenvolvimento do Brasil. Em 2020, o segmento apresentou crescimento, mostrando “resiliência” no período da pandemia de covid-19, segundo ela. E destacou que entre as próximas missões da Antaq, está a desestatização das administrações portuárias.

O presidente da comissão, senador Marcos Rogério (DEM-RO), pediu à indicada que dê atenção ao tema da navegação interior. Segundo ele, o País é “riquíssimo” em rios navegáveis, mas não aproveita esse potencial.

O mandato na diretoria da Antaq é de cinco anos, sem a possibilidade de recondução.

BR do Mar

A senadora Kátia Abreu (PP-TO) chamou a atenção da indicada sobre o PL 4.199/2020, conhecido como BR do Mar, que incentiva a navegação de cabotagem (pela costa). Ele chegou ao Senado na semana passada. Kátia entende que a proposta beneficia as maiores empresas que atuam no setor da cabotagem – todas estrangeiras – pois permite mais afretamentos (contratações de navios) a quem transporta mais tonelagem de carga.

Flávia afirmou que trabalhará na Antaq para fomentar o aumento da concorrência nas atividades, e que a agência incentivará inovações legislativas e regulatórias para tornar os serviços mais eficientes.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 16/12/2020

JUSTIÇA FEDERAL LIBERA COBRANÇA DO SSE

Operação na DPW Santos: terminal fica na Margem Esquerda

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133114:1608134871/MOVIMENTO-DE-CONTAINER-DP-WORLD-Porto-de-Santos-Porto-Mar.JPG?f=2x1&\\$p\\$=3c9ec64&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133114:1608134871/MOVIMENTO-DE-CONTAINER-DP-WORLD-Porto-de-Santos-Porto-Mar.JPG?f=2x1&p=3c9ec64&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Operação na DPW Santos: terminal fica na Margem Esquerda (Foto: Carlos Nogueira)

A 6ª turma de desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região reconheceu, em acórdão unânime, a legitimidade da cobrança do Serviço de Segregação de Encomenda (SSE) no setor portuário. E também confirmou que a competência para a matéria é da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor), e não do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A decisão do colegiado foi proferida no último dia 7. Trata-se da segunda manifestação do Judiciário favorável à cobrança do SSE em cerca de 20 dias. No final do mês passado, a 17ª Vara Federal de Brasília já havia se manifestado no mesmo sentido.

O SSE é cobrado pelos terminais portuários apenas quando é necessário fazer a separação da carga em contêineres para conduzi-la a diferentes recintos alfandegados independentes, atendendo a um prazo de urgência (até 48 horas) determinado pela Receita Federal. A cobrança é reconhecida e regulamentada por meio da Resolução Normativa nº 34, de 2019, da Antaq.

Devido à existência dessa resolução, a 6ª Turma do TRF da 1ª Região ainda indicou usurpação de competência do Cade sobre o SSE.

O processo analisado pelo colegiado foi motivado após uma denúncia ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sobre a cobrança do SSE pelo terminal da Dubai Ports World (DPW) Santos, instalado na Margem Direita do Porto de Santos, na Área Continental do Município. Inicialmente, o órgão proferiu uma medida preventiva em favor da autora da denúncia, impedindo a cobrança do SSE pela DPW.

Como consequência, o terminal entrou na Justiça e conseguiu anular a decisão. Porém, o Cade deu continuidade às investigações e proferiu uma nova sentença ratificando a primeira, que era impedir a cobrança da taxa.

Em nota, a DPW Santos destaca que “a discussão em torno do SSE é um embate jurídico e regulatório que se estende por 20 anos, ainda que ao longo desse período colecionem inúmeras decisões favoráveis a sua cobrança tanto nas esferas estaduais quanto federal”.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 16/12/2020

IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL DE GÁS NO PORTO DE SANTOS É TEMA DE AUDIÊNCIA

Empreendimento será erguido no Largo do Canéu, próximo ao Canal de Piaçaguera

Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133102:1608128979/Porto.png?f=2x1&\\$p\\$f=a1d721d&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.133102:1608128979/Porto.png?f=2x1&pf=a1d721d&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Empreendimento será erguido no Largo do Canéu, próximo ao Canal de Piaçaguera (Carlos Nogueira/AT)

A instalação do Terminal de Regaseificação de GNL (Gás Natural Liquefeito) de São Paulo (TRSP) no Porto de Santos e a segurança de suas operações foram debatidas ontem, em audiência pública virtual promovida pela

Prefeitura de Santos. A sessão tratou do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) do empreendimento, a ser implantado pela Compass Gás e Energia, do Grupo Cosan.

Participantes da audiência questionaram a segurança da unidade, projetada para ser construída entre a Ilha dos Bagres e o Canal de Piaçaguera, no Largo do Canéu (em frente à região da Alemoa, a 900 metros). Mas o gerente executivo da Compass, Edson Moro, destacou que a instalação seguirá normas rígidas para evitar quaisquer danos.

Segundo Moro, a operação é segura. Na apresentação inicial, ele destacou a existência de 200 terminais semelhantes no mundo e nenhum registro de ocorrência grave em 60 anos da atividade.

O executivo explicou que o produto importado chegará ao terminal em estado líquido (resfriado a -160°C), em embarcações equipadas com tanques individuais e reforçadas por cascos duplos, afastando o risco de vazamentos. A transferência do produto ocorre pelo método ship to ship (de navio para navio) e, segundo ele, caso haja algum sinal de vazamento, o processo é interrompido automaticamente.

O gerente executivo explica que o terminal de regaseificação (que é uma embarcação) permanecerá atracado a dolphins (estruturas onde são presas as amarras do navio), que serão construídos no Largo do Canéu. Ao ser regaseificado, o GNL segue por gasodutos até o centro de distribuição a ser erguido em Cubatão.

Participantes perguntaram sobre a segurança dessas tubulações e riscos de vazamentos. Moro apontou que as estruturas ficarão “10 metros abaixo do leito do canal” e, desta forma, estarão protegidas mesmo que sejam realizadas dragagens.

Localização e impacto

Após a apresentação da empresa, que durou em torno de 40 minutos, a Prefeitura abriu espaço para a manifestação daqueles que se inscreveram para a audiência – muitos são membros de entidades comunitárias e de defesa ao meio ambiente.

Houve questionamentos sobre a localização do terminal, a ser instalado a dois quilômetros de áreas habitadas, e ainda sobre a proximidade dele com instalações portuárias que movimentam combustíveis. A empresa destacou que nenhuma comunidade está perto do local.

A coordenadora de Licenciamento, Permissões e Fundiário da Compass Gás e Energia, Patricia Crevilaro, explica que foram avaliadas seis alternativas de locais e aquela que se mostrou mais segura e com menor impacto ao meio ambiente foi a área no Largo do Canéu.

Como conclusão do EIV, Patricia aponta que o terminal estará “fora da área urbana de Santos e não irá gerar ruídos e poeira”. Além disso, destacou que “as obras (que levarão 18 meses) ocorrerão no Porto de Santos e não vão impactar o trânsito local. (Também) não modificará a vocação do Porto”.

Após a sessão de ontem, a Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança vai analisar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e as contribuições adquiridas durante a audiência. Depois, apresentará um Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e Compensatórias (Trimmc), que definirá as ações de ressarcimento a serem feitas pela empresa para que as obras possam ser iniciadas

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 16/12/2020

PAULO HENRIQUE CREMONEZE: O MAIOR SINISTRO DE OVERBOARD DA HISTÓRIA

No dia 2 de dezembro, em algum ponto do Oceano Pacífico Norte, 1.900 contêineres caíram no mar

Por Paulo Henrique Cremoneze



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.132935:1608050643/Ilustrac-o-Coluna-Porto-Mar-Arte-Padron.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=e25e9ed&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.132935:1608050643/Ilustrac-o-Coluna-Porto-Mar-Arte-Padron.jpg?f=2x1&pf=e25e9ed&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Paulo Henrique Cremoneze: O maior sinistro de overboard da história (Ilustração: Padron)

Nesse último dia 2 de dezembro, em algum ponto do Oceano Pacífico Norte, ocorreu mais um grande sinistro marítimo. Aliás, grande não, enorme. O maior overboard da história: 1.900 contêineres caíram no mar.

Soube imediatamente do ocorrido, pois a equipe de advogados que integro foi implicada no caso, por meio de correspondentes em Londres. Há interesses de donos de cargas e seguradores brasileiros em jogo.

Por enquanto, nada posso dizer sobre o sinistro propriamente dito. Sua regulação mal se iniciou e muita coisa pende de investigação e apuração. De certo mesmo, existem apenas duas coisas: prejuízos milionários e justificável preocupação com o meio ambiente.

Não poucos contêineres continham cargas perigosas, produtos químicos ou elementos nocivos à natureza. Trabalhos intensos se farão com o objetivo de resgatar esses milhares de contêineres, e a conta só aumentará.

Todavia, não é do sinistro em si que desejo falar. Aliás, sequer condições tenho, ao menos por enquanto. Desejo apenas lembrar um tema recorrente em meus artigos: navios são fontes de risco permanentes.

São necessários, importantes, vitais para a economia global, mas também são os maiores protagonistas de danos ambientais e outros.

Estão cada vez maiores e transportam muito mais cargas do que antes. Há navios que carregam em seus porões e conveses cerca de 15 mil contêineres.

Os super-navios geram economia de tempo e lucros astronômicos aos armadores. O lado B é que isso os torna potenciais causadores de danos gravíssimos. A equação é simples: aumentam-se os lucros dos armadores e, conseqüentemente, os riscos à sociedade.

E nem se diga em eventual compensação com o barateamento dos fretes. Isso é algo que costuma pontuar discursos, mas raramente se vê na realidade. Fretes aumentam, e donos de cargas continuam reféns de uma dinâmica negocial que raramente leva em conta sua vontade.

A pergunta que a sociedade tem que fazer hoje é: vale mesmo a pena utilizar esses supernavios? O binômio custo-benefício satisfaz a todos ou apenas a um grupo muito específico?

O problema ainda envolve outro ponto: os navios estão cada vez maiores, tecnologicamente mais seguros, cercados de informações e recursos de proteção. Além de precisa, a navegação se torna mais segura a cada nascer do sol. Isso quer dizer que sinistros e danos ocorrem não por circunstâncias alheias ao navio, mas por definitiva falha operacional. Sendo assim, quanto maior for o navio, e também a quantidade de cargas nele contida, maiores serão os riscos e, conseqüentemente, os danos e prejuízos, sobretudo ambientais.

Para cobrir o problema com cores mais dramáticas, é fato – e a experiência me autoriza a afirmar – que raramente os armadores assumem a responsabilidade que possuem. Muito pelo contrário. Dela, buscam fugir com os mais impressionantes argumentos, e até pela formalidade mais alheia ao coração do dano.

Então, e para concluir, se a tendência for mesmo a de prestigiar os super-navios (quer me parecer um caminho sem volta, já que não é de hoje que palavras como ganância e progresso são deliberada e erradamente confundidas), que as autoridades legislativas tenham o zeloso cuidado de incrementar o sistema legal de responsabilidade civil dos transportadores, imputando contra eles normas mais rigorosas.

É imprescindível proteger a jurisdição nacional, o princípio da reparação civil integral e os legítimos direitos de exportadores, importadores, terminais e seguradores de cargas brasileiros.

Por outro lado, todos esses protagonistas da economia têm que se opor ao conjunto abusivo de imposições que armadores fazem antes do transporte, blindando-se quanto aos deveres inerentes aos riscos da atividade destes.

Esses cuidados tornarão o negócio de transporte mais transparente, mais justo, mais ordenado, beneficiando a todos. A sociedade mundial agradece.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 16/12/2020



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRIMEIRO PROJETO DE DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS



<https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/noticias/IMAGEMAUDIENCIAPUBLICA.jpeg>

Nesta quinta-feira (17 de dezembro), a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, aprovou a abertura da consulta pública dos estudos do projeto de desestatização do Portos de Vitória e Barra do Riacho, administrados

pela Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA). Os documentos estarão disponíveis para consulta e contribuições no site da ANTAQ, por 45 dias, a partir do dia 28 de dezembro. A audiência pública presencial será futuramente agendada.

Qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos na 3ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 14, de 23/08/2017, convertida no Decreto nº 9.852, de 25/06/2019, é o primeiro projeto de desestatização dos portos públicos no Brasil. Busca-se transferir para a iniciativa privada, que já atua na operação portuária, a gestão das infraestruturas e áreas públicas, trazendo melhorias de gestão operacional e da qualidade dos serviços prestados, além de mais agilidade e capacidade de realizar os investimentos necessários.

O projeto, que está sendo estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a coordenação do Ministério da Infraestrutura, apresentará os estudos que embasam a modelagem de concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, por 35 anos, e os principais aspectos regulatórios para exploração. Assim, será oportunizada para discussão as propostas de tarifário, parâmetros de desempenho, formas de exploração indireta das áreas, sub-rogação de contratos, entre outros. Também serão analisados, em consulta pública, a previsão de investimentos estimados e o potencial de desenvolvimento das áreas greenfield.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 17/12/2020

AVISO DE PAUTA - LEILÃO DE ÁREAS EM ARATU (BA) E MACEIÓ (AL)



https://www.gov.br/antaq/pt-br/assuntos/noticias/copy_of_aviso-de-pauta/PortodeMaceioSite2.JPG/@_images/470cd581-11aa-459a-a6ef-7d3dafda0561.jpeg
PortodeMaceioSite2.JPG

A ANTAQ realizará o leilão de três áreas portuárias em 18 de dezembro. Serão duas áreas no Porto de Aratu (BA) - ATU12 e ATU18 - e uma no Porto de Maceió (AL) – MAC10. A sessão pública acontecerá na sede da B3, em São Paulo, a partir das 15h. A

imprensa poderá acompanhar o leilão pela internet (www.tvb3.com.br).

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 16/12/2020

ANTAQ REALIZA CURSO VIRTUAL DE FISCALIZAÇÃO PARA SERVIDORES

Capacitação é realizada anualmente

Com aulas instrutórias à distância, por meio da plataforma Microsoft Teams, e visita técnica aos portos de Salvador (BA) e Aratu (BA), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ encerrou na última sexta-feira (11) a edição de 2020 do Curso de Fiscalização em Transportes Aquaviários. Da visita ao Porto de Salvador, última etapa do curso, participaram 26 fiscais da Agência.

Esta foi a terceira edição da capacitação, que é realizada anualmente pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC).



A superintendente de Fiscalização, Gabriela Costa, explicou as adaptações que foram necessárias para esta edição do curso, em razão da pandemia: “Por conta do coronavírus, fizemos a parte instrutória toda virtual durante sete dias e uma visita técnica ao final do evento de dois dias, respeitando todos os cuidados em relação à Covid 19. Alguns cuidados tomados levaram em consideração a ocupação apenas de 50% de auditórios e ônibus, o uso obrigatório de máscara, frascos individuais de álcool em gel, lanches distribuídos no formato lunch box e quantitativo reduzido de servidores na visita. É importante frisar que só participaram das visitas técnicas os fiscais que já estão atuando em campo normalmente”.

Gabriela lembra ainda que os fiscais puderam conhecer um pouco mais das duas áreas a serem licitadas em Aratu no dia 18 de dezembro pela ANTAQ. O leilão acontecerá em São Paulo. Será leiloada também uma área no Porto de Maceió.

Sete módulos

Nesta edição, o curso constou de sete módulos, realizados nos turnos vespertinos, versando sobre os seguintes temas: “Fiscalização Responsiva”, “Orientações Gerais sobre Fiscalização”, “Execução de Fiscalizações Portuárias”, “Execução de Fiscalizações da Navegação”, “Atualização sobre Legislação”, “Outras Áreas da ANTAQ” e “Sistemas e Painéis de Informação”.

Além disso, o evento contou com a apresentação de diretores da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura (Flávia Takafashi falou da Lei nº 14.047 e Dino Antunes abordou o tema BR do Mar) e de outras áreas da Agência, que contribuíram para a atualização dos fiscais. O superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade, José Renato Fialho, falou sobre os sistemas de estatística da ANTAQ, como o Sistema de Desenvolvimento da Navegação (SDN). Já o superintendente de Regulação, Bruno Pinheiro, discorreu sobre fiscalização de abusividade de preços e tarifas. Os servidores Lorena Souza e Vinícius Lima, da Secretaria-Geral, também tiraram dúvidas sobre peticionamento eletrônico e acesso aos processos, questionamentos que são recorrentes por parte dos fiscais.

O curso foi aberto oficialmente em 30 de novembro último pelo diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, e contou com uma palestra realizada pelo consultor externo Eduardo Tevah, sobre o tema “Como manter a motivação nos novos tempos”, franqueada a toda Agência.

O conteúdo programático foi formalmente iniciado com uma palestra sobre “Fiscalização Responsiva”, proferida pelo professor doutor em Direito Constitucional e Administrativo, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Márcio Iório, e, na sequência, com uma apresentação sobre o mesmo tema, compartilhada pela superintendente de Fiscalização, Gabriela Costa, pelo gerente de Fiscalização da Navegação, Fábio Fonseca, e pelo gerente de Planejamento e Inteligência da Fiscalização, Rafael Santana.

Para o curso de 2021, o porto a ser visitado pelos fiscais da Agência será o de Vitória (ES).

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 15/12/2020

ANTAQ AUTORIZA REGISTROS DE INSTALAÇÃO DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO EM MANAUS E RURÓPOLIS (PA)

As autorizações foram publicadas na seção 1, do DOU desta terça-feira (15)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ autorizou o registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário, denominada PORTO DO GELO, localizada em Manaus/AM, de titularidade da empresa AJPN - PORTO E NAVEGAÇÕES LTDA. O registro foi autorizado pelo Acórdão nº 235-ANTAQ.

Por meio do acórdão nº 246, a ANTAQ também autorizou o registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário, de propriedade da empresa AJPN - PORTO E NAVEGAÇÕES LTDA, localizada em Rurópolis (PA).

Os registros ora deferidos não desoneram as empresas do atendimento aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, especialmente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 15/12/2020



ABTRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS

ECOPORTO AMPLIA CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM EM 40% COM PROJETO COMBILIFT

Com novo conceito de movimentação, empresa obteve ganho de espaço e não precisou investir em novo armazém em Santos. Empilhadeiras articuladas também promoveram melhoria na segurança e redução de custos com manutenção

O operador logístico multipropósito e portuário Ecoporto acaba de reformular um de seus armazéns localizado em Santos, Baixada Santista, após enfrentar o dilema de ter ocupação próxima a 90% e ter que ir ao mercado para obter mais área de armazenagem. Em projeto elaborado pela Combilift, líder mundial em soluções customizadas de movimentação de materiais, a empresa adquiriu três empilhadeiras articuladas Combi AM e promoveu uma reorganização das estruturas porta paletes do armazém, o que resultou em um incremento de 40% na capacidade de armazenagem.

“O índice de ocupação de 90%, olhando do ponto de vista da movimentação de paletes, não é saudável, devido aos desdobramentos que gera como a falta de produtividade e não poder assimilar novas operações por falta de espaço”, diz Robson Bissani, gerente de Operações do Ecoporto.

Após um período de avaliação das tecnologias existentes no mercado que permitiriam a solução do impasse, a equipe de Operações do Ecoporto realizou visitas técnicas a empresas que utilizam a empilhadeira articulada Combi AM em suas operações, com objetivo de avaliar seu desempenho. Observou-se, então, que o equipamento proporcionava um novo conceito de movimentação com ganho de espaço de armazenagem, mobilidade e, conseqüentemente, redução de custos da operação.

“O mercado de operadores logísticos apresenta uma forte concorrência, os clientes precisam reduzir seus custos logísticos e buscamos soluções inovadoras, de excelência e cada vez mais customizadas para sua operação. O que levou à nossa decisão pela empilhadeira articulada foi a solução tecnológica aliada ao custo-benefício”, explica Bissani. As empilhadeiras articuladas entraram em operação em dezembro de 2019.

De acordo com o profissional, a inovação é encarada como essencial e estratégica pelo Ecoporto em todos os níveis de processos da empresa, como meio de manter a competitividade no mercado e poder lançar produtos e serviços. E a movimentação de materiais é um ponto crítico, em que é necessária uma solução que permite flexibilidade na operação, garante segurança e otimiza o espaço no armazém, que no caso do operador logístico foi de 40%.

“A Combilift apresenta soluções que atendem demandas não vislumbradas por outras empresas do segmento e entendemos que as empilhadeiras articuladas trouxeram ganhos em todas as esferas de nossa operação. Para conseguir inovar é preciso correr riscos, principalmente quando se trata de inovações disruptivas, e o importante é saber avaliar quais ganhos pode-se trazer aos negócios”, finaliza Bissani.

Fonte : ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados

Data : 16/12/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ TEM CALADO OPERACIONAL AMPLIADO

Assessoria de Comunicação

Para grandes navios com até 345 m de comprimento, calado máximo operacional passa para 12,10 m, aumentando o potencial de movimentação em mais de 140 mil TEUs por ano

A TCP – empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, teve seu calado máximo operacional ampliado, passando de 11,80 metros para 12,10 metros, um incremento de 30 centímetros. Aprovado no último dia 7, a nova medida vale para os berços 217 e 218, podendo ser ampliado para o berço 216. Com isso, clientes do terminal poderão usufruir de maior disponibilidade e espaço para embarques.



https://portogente.com.br/images/paranagua_carga.jpg

Para que a marca fosse possível, o Porto de Paranaguá passou por obras de dragagem de aprofundamento, realizadas entre os anos de 2017 e 2018. Em 2020, foram realizadas as aprovações junto a Marinha do Brasil, em um trabalho liderado pela Autoridade Portuária com auxílio da TCP e outros segmentos do Porto.

“Durante os últimos 6 meses trabalhamos na comprovação da viabilidade do aumento do calado operacional para os grandes navios de contêineres,

que se dará de forma gradual ao longo dos próximos meses. Estes avanços são frutos da excelente gestão das Autoridades Portuária, Marítima e de Praticagem, principalmente com relação às áreas de Engenharia e Operações. Hoje, não há preocupação com apenas um segmento do Porto, mas sim, com toda a cadeia produtiva e logística do Estado, integrando os principais atores técnicos e institucionais em um mesmo objetivo: tornar Paranaguá o melhor e mais produtivo Porto do Brasil”, explicou o diretor comercial e institucional da empresa, Thomas Lima. Além disso, o executivo cita ganhos sociais. “Junto com o aumento de capacidade de movimentação de cargas, acompanham o aumento de arrecadação de impostos municipais e outorgas voltadas para o Porto de Paranaguá, havendo conseqüentemente maior movimentação financeira local, possibilidade de investimentos municipais em infraestrutura, saúde e educação, além de geração de empregos e novos projetos para o Porto.

Calado gráfico

De acordo com o diretor, o ganho para os clientes diz respeito às janelas de atracação de navios com LOA (comprimento máximo) de até 345 metros, que se tornarão mais flexíveis, deixando o

terminal mais competitivo para armadores, importadores e exportadores, e com uma capacidade operacional ampliada em mais de 140 mil TEUs no ano. “A atratividade de um terminal de contêineres está diretamente ligada à sua produtividade. Com esses avanços, os grandes navios serão operados de forma mais eficaz, e nossos clientes poderão usufruir de uma maior oferta de escalas e espaço para embarques, o que é essencial para o reaquecimento econômico esperado nos próximos anos, e para o nosso pujante agronegócio”, afirmou.

Segundo Thomas Lima, a aprovação do novo calado operacional é mais um passo para transformar o terminal em um Hub marítimo, e novos investimentos na infraestrutura marítima são esperados. “Planejamos em conjunto as demais entidades do porto as melhorias de infraestrutura marítima. Isso irá acontecer com a remoção de rochas no acesso principal, revisão da sinalização náutica nos acessos, e com a dragagem dos novos dolphins” finaliza.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 17/12/2020

INFRAERO PRESTARÁ SERVIÇOS NA PISTA DO AEROPORTO DE PONTA GROSSA

Assessoria de Comunicação

A Infraero firmou contrato com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR) para a execução de serviços especializados de medição de atrito e de macro textura na pista de pousos e decolagens do Aeroporto Comandante Antônio Amilton Beraldo. As atividades serão executadas em até 30 dias e vão ocorrer fora do horário de movimento do aeroporto, para minimizar possíveis impactos.



<https://portogente.com.br/images/projeto-aeroporto-ponta-grossa.jpg>

Os serviços de medição de atrito e de macrotextura são necessários para a verificação do nível de aderência dos pneus das aeronaves ao pavimento, conforme determinações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para oferecer segurança às operações no aeroporto.

O superintendente de Negócios da Infraero, Francisco Nunes, comemora a parceria entre a Prefeitura e a Infraero. "É gratificante auxiliar a Prefeitura de Ponta Grossa na manutenção do aeroporto. Além disso, essa atividade reforça a nossa atuação como prestadora de serviços aeroportuários, criando ainda mais valor para os clientes e contribuindo com o desenvolvimento da aviação", ressaltou.

A Infraero também oferece serviços como consultorias, atividades de engenharia, meio ambiente, planejamento aeroportuário, manutenção aeroportuária, tecnologia da informação, gestão e operação de aeroportos. A empresa também conta com treinamentos, tais como formação e aperfeiçoamento de bombeiros de aeródromos, gestão aeroportuária, fiscalização de pátio, entre outros.

Aeroporto de Ponta Grossa

Mais conhecido como Aeroporto Sant'Ana, o terminal aeroportuário de Ponta Grossa é administrado pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional (SMICQP). Inaugurado em 1949, foi o primeiro aeroporto regional do Brasil a receber a Certificação Operacional Definitiva da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), concedida em 2018. De acordo com o Plano Aeroviário Nacional, o aeroporto tem potencial para processar, anualmente, mais de 200 mil passageiros.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 17/12/2020



O SOPESP - SINDICATO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS - SP GOVERNO APRESENTA PLANOS PARA PORTOS E FERROVIAS A EXECUTIVOS DO GRUPO MSC

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, se reuniu nesta quarta-feira (16), por videoconferência, com o presidente global do grupo MSC, Diego Aponte, e demais executivos da empresa, para apresentar os planos do Governo Federal para desenvolvimento e melhoria voltados ao setor de infraestrutura de transportes, tanto marítimo como ferroviário.

A oportunidade também serviu para as partes falarem sobre o futuro da cabotagem, após a Câmara aprovar o projeto BR do Mar – que agora aguarda avaliação por parte do Senado.

“O Brasil ganha muito com a presença da MSC e queremos que essa participação seja ainda mais forte. É um grupo bastante importante e temos as melhores perspectivas para o setor. Tenho certeza que o Brasil dará um salto em infraestrutura e queremos ter a MSC como parceiros”, sinalizou Tarcísio de Freitas.

Além dos cruzeiros turísticos, o grupo MSC opera mundialmente com o transporte marítimo de cargas, através de contêineres, e também possui investimentos no setor rodoviário, ferroviário e de armazenagem. No Brasil, opera terminais portuários no Rio de Janeiro, em Santos (SP) e em Navegantes (SC). “É impressionante saber que o Brasil está caminhando com medidas tão concretas para um avanço na infraestrutura que eu nunca tinha visto antes. Espero que a MSC possa contribuir da melhor maneira”, avaliou Diego Aponte, presidente do grupo.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 17/12/2020

VEJA 4 FATORES PARA ACREDITAR QUE RUMO SE SAIRÁ BEM EM 2021



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/12/rumo2-min.jpg>

Em novembro, os volumes totais da Rumo apresentaram queda de 3% em relação ao mesmo período de 2019 (Imagem: YouTube/Rumo)

A Ágora Investimentos reforçou sua recomendação de compra para a ação da Rumo (RAIL3). Na avaliação dos analistas, a companhia vai se beneficiar de um cenário positivo para o próximo ano, baseado em quatro fatores: (i) venda de parte significativa

da safra 2021 pelos agricultores; (ii) aumento do valor do frete na rodovia BR-163 com o início da cobrança de pedágio; (iii) início das operações da Malha Central; e (iv) discussões sobre a aprovação do projeto Lucas do Rio Verde.

A Rumo reportou os dados operacionais referentes ao mês de novembro. No período, os volumes totais da companhia apresentaram queda de 3% em relação ao mesmo período de 2019. A soja caiu 92%, enquanto o milho recuou 4%. Por outro lado, os volumes de açúcar dispararam 147%.

A receita total por tonelada-quilômetro (RTK) para outubro e novembro combinados apresentou estabilidade no comparativo anual.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 17/12/2020

PRESIDENTE DA FIEP DESTACA A IMPORTÂNCIA DA NÃO PARALISAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/12/m0mlth9_1608151147-768x511.jpg

Federação divulgou o resultado da 25.ª Sondagem Industrial (Foto: Gelson Bampi/Fiep)

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) divulgou, em coletiva de imprensa on-line, na manhã de quarta-feira, 16, os resultados da 25.ª Sondagem Industrial. A pesquisa foi realizada entre 15 de outubro e 26 de novembro com representantes de empresas de diferentes portes em todas as regiões do Estado e revelou que 68% dos participantes acreditam que 2021 será um ano de retomada para o setor. O presidente da Fiep, Carlos Valter Martins Pedro, destacou a importância da não paralisação dos trabalhos nos portos paranaenses na pandemia nesse processo.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas por diversos segmentos ao longo deste ano pandêmico, 68% dos participantes da sondagem acreditam que 2021 será um ano de retomada para o setor. A mostra coletada representa mais de 50 mil estabelecimentos industriais de 37 segmentos, que geram 792 mil empregos no Estado.

Segundo o presidente da Fiep, a continuidade dos embarques nos portos paranaenses ajudou a sustentar o otimismo do setor para o próximo ano. “As ações da Portos do Paraná foram imprescindíveis, tenho que destacar também o apoio do Governo do Estado para que os portos não fechassem, havia toda uma situação. Imagina a safra e toda a produção paranaense sem o escoamento dos portos, que bateu recordes atrás de recordes de embarques. Isso foi fundamental e é uma notícia que deve ser valorizada, tanto a ação do porto em si, quanto o apoio que o governo deu para que nós, enquanto indústria, principalmente da agroindústria, não sofrêssemos uma tragédia de não cumprimento de contratos”, afirmou Carlos.

Ele também lembrou que os portos não só tiveram condições de manter as operações, como bateram recordes.

“Foram batidos recordes de embarque e eficiência, nosso porto significa uma capacidade, nós suportamos cerca de 50% do que o porto de Santos tem, mas eles têm três vezes mais capacidade de embarque que o Porto de Paranaguá. Ou seja, nós somos o primeiro em eficiência nesse embarque. Seria uma tragédia se tivéssemos que fechar o Porto de Paranaguá durante a pandemia, o que não aconteceu, pelo contrário, trabalhamos mais”, disse Carlos.

Quase 70% do setor está otimista

A sondagem realizada pela Fiep revelou que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas por diversos segmentos ao longo deste ano, 68% dos participantes acreditam que 2021 será um ano de retomada para o setor.

Os empresários justificam o otimismo com uma expectativa de aumento das vendas de seus produtos, sinalizado por 71% deles. Já 40% apostam em abertura de novos mercados, 34% devem fazer novos investimentos, 33% devem incorporar novos modelos de negócios e 31% acreditam em um controle da pandemia do Coronavírus no País.

O resultado da Sondagem ficou abaixo do registrado no ano passado, quando 79% dos empresários estavam animados com 2020. Para o presidente da Fiep, Carlos Valter Martins Pedro, o nível de otimismo menor se justifica pelo momento de incertezas.

“O dado sinaliza uma preocupação, mas também que o empresário acredita que a economia e, principalmente sua atividade, estão em uma trajetória de recuperação”, destaca. “Mas é importante lembrar que mesmo com uma visão positiva sobre o futuro da economia, o industrial entende que não se pode perder de vista a implementação de ações concretas para a retomada em 2021, assim como para a melhoria do ambiente de negócios no País, no longo prazo, por meio de medidas como as reformas fiscal, tributária e administrativa”, completa.

Retomada dos investimentos

Para o economista da Fiep, Marcelo Alves, a retomada dos investimentos é um forte sinal de recuperação. “Seja em ampliação de estrutura, aquisição de maquinário, aumento de postos de trabalho ou em inovação é um ponto importante para manter a competitividade”, avaliou Alves.

Quando questionados diretamente sobre essa intenção, 69% dos gestores confirmaram a disposição de investir em inovação e melhoria de processos, produtos ou serviços, ampliação de capacidade produtiva, redução de custos e melhoria da qualidade.

“Essas prioridades indicam estratégias de reposicionamento de mercado, aumento da capacidade produtiva e manutenção ou ampliação da competitividade”, diz o economista.

O economista que também participou do estudo, Evânio Felipe, lembrou que cerca de 60% das empresas que investirão em suas atividades produtivas informaram que vão lançar mão de recursos próprios para financiar suas iniciativas.

“A série histórica da Sondagem Industrial mostra que esse comportamento vem se mantendo ano após ano. Isso se explica, em linhas gerais, pela dificuldade de acesso, a burocracia e o alto custo do crédito no Brasil, além dos riscos de endividamento”, analisou. Segundo Evânio, na comparação com anos anteriores, caíram as intenções de empréstimos junto aos bancos. Em contrapartida, as cooperativas de crédito e fintechs vêm se tornando cada vez mais atrativas para financiamento de investimentos.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 17/12/2020

PORTO DO ITAQUI RECEBE LIDERANÇA DO PORTO DE VITÓRIA



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/12/27195_3_0555339033991_5432054-768x512.jpg

Ted Lago e equipe recebem liderança da Codesa (Foto: Divulgação)

O presidente da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Antônio Júlio Castigioni Neto, visitou o Porto do Itaqui nesta semana para conhecer o modelo de governança que a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) vem empreendendo nos últimos cinco anos. Ele veio acompanhado pelo diretor de Planejamento,

Bruno Luciano Fardin, e pela coordenadora de Marketing, Raquel de Moura Barbosa Guimarães, e foram recepcionados pelo presidente do Itaqui, Ted Lago.

“Temos recebido com frequência colegas de outros portos públicos e privados interessados em conhecer nosso modelo de gestão, implantado a partir de 2015 conforme orientação do governador Flávio Dino para transformar o Itaqui em um porto dinâmico, focado em resultados. Esses momentos são oportunidades de troca de experiências e de difusão das boas práticas adotadas no Itaqui, evidenciando que estamos no caminho de alcance da nossa visão, que é ser, até 2022, empresa referência em gestão portuária no Brasil”, afirmou Lago.

A visita se dá no contexto do processo de desestatização pelo qual a Codesa está passando e integra o estudo de benchmarking que a liderança vem realizando em portos dentro e fora do país, buscando melhores práticas e experiências positivas. “Nós encontramos aqui no Porto do Itaqui uma conjunção perfeita entre aquilo que a natureza deu e o que uma boa governança pode proporcionar”, afirmou Castigioni Neto. Ele se referiu à localização privilegiada e às condições naturais de tráfego de navios (profundidade) associadas à gestão técnica e focada em resultados. “Encontramos aqui uma equipe que tem zelo pela qualidade do serviço prestado, tem consciência socioambiental e determinação em buscar novos negócios”, disse.

Como resultado das visitas aos portos, a atual gestão do Porto de Vitória vai apresentar ao Governo Federal sugestões de melhorias na Codesa. “Pretendemos levar, dentre outras coisas, o programa de certificações ISO que o Porto do Itaqui tem implantado. Vamos propor ao Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria Nacional de Portos, que a concessionária privada tenha obrigação de já nos anos iniciais da gestão conquistar tais certificações”, completou.

O Porto do Itaqui, administrado pela EMAP, é certificado nas ISO 27001, 9001 e ISO 14001 (que respectivamente atestam excelência na gestão da Segurança da Informação, da Qualidade e do Meio Ambiente). O porto público do Maranhão integra o top 3 no ranking de desempenho ambiental da ANTAQ e no IGAP (Índice de Gestão das Autoridades Portuárias), tendo recebido recentemente o prêmio Portos + Brasil, instituído pelo Ministério da Infraestrutura (MInfra) na categoria Execução dos Investimentos Planejados.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 17/12/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCESSÃO DE SANEAMENTO NO RJ FICA PARA A PRÓXIMA SEMANA

A publicação do edital de concessão dos serviços de água e esgoto no Estado do Rio ficará para a próxima semana, informou nesta quinta-feira, 17, o governo fluminense. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contratado pelo governo fluminense para estruturar o projeto de concessão, tinha fixado a meta de lançar o edital na sexta-feira, 18, mas a publicação é feita pelo Estado.

O objetivo é publicar o edital antes do fim do ano para realizar o leilão de concessão até o fim do primeiro trimestre de 2021. Os próximos meses seriam dedicados à análise das condições do projeto por parte dos interessados.

Na quarta-feira, 16, em entrevista à rádio CBN, o governador em exercício, Claudio Castro (PSC), já havia dito que, após a formalização da adesão final dos municípios ao projeto de concessão, o edital seria publicado “até o fim desta semana ou, no máximo, até a semana que vem”.

Mais cedo, o governo do Rio informou que o Conselho Deliberativo da Câmara Metropolitana do Rio, que reúne 22 cidades da região metropolitana fluminense, aprovou nesta quinta-feira a versão final do edital. Agora, falta firmar os convênios de adesão dos demais 25 municípios do interior à concessão.

Na versão atual do edital, a concessão contempla 47 das 64 cidades atualmente atendidas pela Cedae, a estatal fluminense de saneamento. Com essa área, estão previstos em torno de R\$ 31 bilhões em investimentos. Se alguma cidade do interior não firmar o convênio de adesão, eventualmente, os valores diminuem, mas a maior parte dos aportes está concentrada na região metropolitana. Nesse caso, a adesão se deu por meio da Câmara Metropolitana.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/12/2020

CONGRESSO APROVA CRÉDITO PARA GOVERNO PAGAR DÍVIDAS INTERNACIONAIS

O Congresso Nacional aprovou um projeto que impede o governo do presidente Jair Bolsonaro de passar por um vexame internacional e, ao mesmo tempo, abre caminho para a tentativa do Palácio do Planalto de influenciar na sucessão da Câmara. A proposta enfrentou polêmica e chegou a ser retirada de pauta na quarta-feira, 16, mas foi aprovada nesta quinta. O projeto recebeu aval dos deputados mais cedo e, na sequência, foi aprovado pelos senadores.

O projeto abre um crédito suplementar de R\$ 3,303 bilhões no Orçamento, permitindo ao governo executar as ações antes de o ano acabar. Esse tipo de proposta serve para abastecer gastos que não estavam autorizados no Orçamento, mas depende da aprovação do Congresso e do corte de outras despesas na mesma proporção. Como foi alterado, o texto será submetido à sanção ou veto do presidente da República.

Inicialmente, o projeto enviado pelo governo solicitava a abertura de um crédito suplementar de R\$ 48,339 milhões para reforçar ações dos ministérios da Agricultura, Turismo e Desenvolvimento e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

O Ministério da Economia encaminhou no dia 14 um ofício ao Congresso pedindo alterações. A principal delas foi acrescentar um crédito de R\$ 2,839 bilhões para permitir o atendimento a compromissos com organismos internacionais ainda em 2020, após o Congresso rejeitar essa liberação em outro projeto.

O relator da proposta, deputado Domingos Neto (PSD-CE), autorizou um valor menor para o governo pagar as dívidas internacionais, de R\$ 1,639 bilhão. Depois, retirou mais R\$ 722 milhões para abastecer recursos carimbados por parlamentares, a maior parte deles vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Domingos Neto é relator do Orçamento de 2020 e, por isso, acaba deixando a “digital” nessas despesas. Nos bastidores, o governo negocia liberar as verbas conforme a indicação de aliados para redutos eleitorais. A intenção é engrossar a candidatura de Arthur Lira à presidência da Câmara e derrotar o grupo de Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O projeto era necessário para o pagamento de compromissos do Brasil com organismos multilaterais. Sem o dinheiro, o governo ficaria inadimplente e poderia perder direito de voto em diversos órgãos, incluindo a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O crédito precisa ser liberado ainda neste ano para que o Brasil consiga evitar as penalidades, que podem arranhar a imagem do País no exterior.

As mudanças do relator provocaram críticas. “Pelo que se percebe, projeto para emendas extra orçamentárias irrigarem a campanha de um dos candidatos a presidente desta Casa! Isto é um absurdo”, disse o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS). “Nós ficamos com aquela suspeita de ser a criação de recursos para alimentar aquela velha política do toma-lá-dá-cá”, afirmou o deputado Elias Vaz (PSB-GO).

Mais cedo, durante a votação na Câmara, o relator defendeu a proposta no plenário. “É bom que os nossos pares entendam que a não votação do PLN 29 incorrerá em problemas nos organismos internacionais. Estamos quitando dívida com organismos internacionais. Será uma desmoralização do Brasil, que irá perder direito a voto na ONU”, disse o relator. No mesmo parecer, o Congresso autorizou o governo a abrir crédito suplementar até 31 de dezembro – o prazo anterior era até dia 15.

Além da necessidade de dar crédito para o Brasil honrar compromissos, aliados do governo comemoraram a liberação de recursos para os ministérios. “Nós sabemos que existem muitos ministérios que estão precisando de suplementação. E este é o momento em que a Câmara deve

realmente dar o exemplo de apoiar ações como esta”, afirmou o deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF).

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/12/2020

DEPUTADOS APROVAM CRÉDITO PARA ORGANISMOS MULTILATERAIS E EMENDAS EXTRAS

Deputados aprovaram nesta quinta-feira, 17, em sessão do Congresso um projeto de abertura de crédito para destinar recursos ao pagamento de compromissos do Brasil com organismos multilaterais. O objetivo original da medida foi ampliado para destinar recursos suplementares, por meio de emendas parlamentares, para ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Regional e Turismo. O projeto originalmente abria um crédito total de R\$ 48 milhões e passou para R\$ 3,3 bilhões. Foram 317 votos a favor do projeto e 20 contra.

A medida precisa ainda ser aprovada pelos senadores.

A mudança de incluir o pagamento de emendas extras foi interpretada, pela oposição e partidos contrários à medida, como um movimento para favorecer o deputado Arthur Lira (PP-AL), candidato do governo na sucessão da Câmara.

“O mais grave R\$ 1,9 bilhão em emendas extraorçamentárias pelo que se comenta. E pelo que se percebe nesse projeto para emendas, repito, extraorçamentárias irrigarem a campanha de um dos candidatos a presidente desta Casa! Isto é um absurdo”, disse o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS).

“Aí aparecem recursos novos para o MDR, para a agricultura, e nós ficamos com aquela suspeita de ser a criação de recursos para alimentar aquela velha política do toma-lá-dá-cá. Então, nós não concordamos com isso”, disse o deputado Elias Vaz (PSB-GO).

O relator do projeto, Domingos Neto (PSD-CE), defendeu o projeto no plenário. “É bom que os nossos pares entendam que a não votação do PLN 29 incorrerá em problemas nos organismos internacionais. Estamos quitando dívida com organismos internacionais. Será uma desmoralização do Brasil, que irá perder direito a voto na ONU”, disse o relator.

O projeto tinha votação prevista para ontem, mas essa tentativa de favorecer emendas parlamentares provocou polêmica e levou à sua retirada de pauta. Sem o dinheiro, o governo ficará inadimplente e perderá poder de voto em diversos órgãos, incluindo a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

O crédito precisa ser aprovado ainda este ano para que o Brasil consiga evitar as penalidades, que podem arranhar a imagem do País no exterior. Segundo uma fonte do governo ouvida pelo Broadcast, além da perda de voto em organismos importantes como a ONU e o Tribunal Penal Internacional (TPI), a falta do dinheiro provocaria uma “pancada de repercussão negativa”.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/12/2020

LEILÃO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA TEM DESÁGIO MÉDIO DE 55,24%

O leilão de transmissão de energia elétrica realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), teve um deságio médio de 55,24% ante a Receita Anual Permitida (RAP) total estimada de R\$ 1,02 bilhão, e contou com a participação de 55 empresas, sendo 37 nacionais e outras 18 estrangeiras de dez países.

Segundo o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, o nível de competição do certame e a participação de grupos estrangeiros, são frutos do trabalho da agência e do governo, na criação de um cenário regulatório seguro para receber investimentos.

Ele também destacou a atuação técnica do órgão para tornar o ambiente de negócios previsível e estável. "Foram elementos decisivos para que as empresas pudessem realizar investimentos de longo prazo", comentou.

A média de ofertas por lote foi de 13,5 empresas, sendo que o lote com menor número de participantes foi disputado por nove empresas, e o de maior competição contou com 19 proponentes.

Pepitone também destacou que o leilão deve alavancar investimentos de R\$ 7,3 bilhões para a construção dos empreendimentos. Segundo ele, o leilão permitirá a construção de 16 linhas de transmissão e 12 subestações.

No entanto, o valor de investimentos estimado pela Aneel pode variar, uma vez que após as companhias que vencem essas disputas costumam procurar eficiências e oportunidades de redução de custos com as obras, como meio de otimizar os investimentos e aumentar a lucratividade do ativo.

"Confirma o grande interesse da iniciativa privada, e o setor elétrico se consolida na rota dos investimentos nacionais e internacionais", comentou Pepitone.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 16/12/2020



EXTRA ONLINE

GOVERNO DE MG ESPERA ACORDO COM VALE SOBRE BRUMADINHO EM JANEIRO, DIZ SECRETÁRIO

Por Luciano Costa

(Reuters) - O governo de Minas Gerais e a mineradora Vale não chegaram a um acordo sobre compensações ao Estado pelo desastre de Brumadinho (MG) em reunião nesta quinta-feira, mas a expectativa é de um acerto em janeiro, disse o secretário-geral da administração estadual, Mateus Simões.

O encontro ocorreu dentro de um processo de mediação entre as partes conduzido pelo Tribunal e Justiça de Minas Gerais.

"Já temos um novo encontro marcado para dia 7 e janeiro... e a expectativa é que ainda dentro do mês de janeiro tenhamos uma nova audiência, com expectativa de que seja a última e definitiva audiência sobre esse acordo", disse Simões a jornalistas.

Fonte : Extra Online

Data : 17/12/2020

APÓS VENCER LEILÃO DE TRANSMISSÃO, MEZ ENERGIA PREVÊ EXPANDIR ATUAÇÃO NO SETOR

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - A Mez Energia, que teve atuação de destaque no leilão de projetos de transmissão de eletricidade realizado pelo governo nesta quinta-feira, pretende ampliar os investimentos no setor e pode avaliar a entrada em geração renovável no longo prazo, disse uma executiva da companhia.

A empresa, que pertence a um grupo com os principais negócios no segmento de construção --fator que, segundo ela, permitiu lances mais agressivos-- surpreendeu ao arrematar cinco das onze concessões para novos empreendimentos licitadas pelo Ministério de Minas e Energia e pela

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ela também ofereceu o maior deságio da disputa, de 70%.

Com o resultado, a Mez terá agora que construir linhas de energia que demandarão aportes estimados pelo órgão regulador em 2,4 bilhões de reais, o maior volume de recursos a ser dispendido entre os vitoriosos na concorrência.

"A Mez veio com uma estratégia realmente agressiva. A meta era levar 7 de 11 (projetos ofertados). A gente levou cinco, então acho que a meta foi alcançada", disse entre sorrisos a diretora jurídica do grupo Mez, Kelly Santos, durante coletiva de imprensa online após o leilão.

Ela garantiu que a companhia, apesar de ter sido criada em 2019, "tem saúde financeira e capacitação técnica" para levar adiante os empreendimentos.

De acordo com a executiva, o fato de a empresa ter uma construtora em seu grupo viabiliza menores custos, o que foi importante em meio à forte concorrência. Em dois dos lotes nos quais sagrou-se vencedora, os lances da Mez superaram mais de 10 ofertas de rivais.

"O plano de longo prazo é seguir no setor de transmissão, e ampliando as vertentes também para comercialização e geração de energias renováveis", acrescentou a diretora jurídica, ao ser questionada sobre as perspectivas para a companhia no segmento.

A Mez Energia tem como presidente-executivo o engenheiro civil Mauricio Ernesto Zarzur, que trabalhou antes na EZTEC Engenharia.

Segundo Kelly, a companhia avalia alternativas como financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e emissão de debêntures para captar recursos para os projetos.

A Mez já havia arrematado um empreendimento de transmissão em um leilão realizado no ano passado. Mas a diretora também disse, sem detalhar, que o grupo fez aquisições recentes no segmento.

"Através de M&As (fusões e aquisições, na sigla em inglês), já temos outros empreendimentos, em Goiás e agora no Rio Grande do Sul, já em fase de implantação, de mobilização."

As concessões adquiridas pela empresa nesta quinta-feira, com contratos de 30 anos, envolvem a construção e futura operação de linhas de energia no Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Fonte : Extra Online
Data : 17/12/2020

BNDES VAI FINANCIAR R\$3 BI EM EXPORTAÇÕES DA EMBRAER

Por Alberto Alerigi Jr.

SÃO PAULO (Reuters) - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou nesta quinta-feira que vai financiar 3 bilhões de reais em exportações de aviões da Embraer produzidos no Brasil.

O financiamento envolve aeronaves vendidas pela empresa para o grupo norte-americano de transporte aéreo United Airlines e para a arrendadora de aeronaves AerCap Holdings.

O valor será dividido em dois empréstimos do banco à companhia brasileira por meio da linha de crédito BNDES Exim Pós-Embarque, afirmou o banco de fomento.

Fonte : Extra Online
Data : 17/12/2020

LEILÃO DE PROJETOS DE TRANSMISSÃO COMEÇA COM DISPUTA E DESÁGIOS ACIMA DE 60% *(Por Luciano Costa)*

SÃO PAULO (Reuters) - Um leilão de concessões para novos projetos de transmissão de energia que é realizado pelo governo nesta quinta-feira começou com intensa disputa entre empresas pelos empreendimentos, o que levou a descontos superiores a 60% nos dois primeiros lotes licitados.

O primeiro empreendimento oferecido no certame, lote 9, que envolve obras na Bahia, recebeu ofertas de 17 empresas e foi arrematado pelo consórcio Saint Nicholas I, da Mez Energia. A empresa terá receita anual de 5,2 milhões pelo projeto, com deságio de 60,25% ante o teto definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O segundo projeto (lote 10), no Ceará, teve concorrência entre 13 empresas, com vitória do Consórcio BRE 6, que ofereceu desconto de 66,9% e terá receita anual de 15,1 milhões de reais.

O grupo é formado por Enind Energia, Enind Engenharia, Brenergia e Brasil Digital Telecomunicações.

O primeiro lote recebeu lances de companhias incluindo Eletrosul, da Eletrobras, Energisa e Copel, além de consórcios e empresas de engenharia.

O segundo teve ofertas de grupos como Neoenergia, EDP Brasil e CPFL Energia. A disputa foi resolvida em segunda etapa de lances, em viva-voz.

Os resultados iniciais estão em linha com projeções de analistas, que já esperavam forte concorrência com presença e empresas tradicionais do setor elétrico e grupos financeiros e de construção.

Fonte : Extra Online

Data : 17/12/2020

COSAN APROVA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A Cosan informou nesta quinta-feira que foi aprovada uma reorganização societária pretendida pelo conglomerado de energia e infraestrutura.

A reorganização consiste na incorporação de sociedades sob controle comum, por meio da qual a Cosan Limited (CZZ) e Cosan Log serão incorporadas pela Cosan.

A CZZ é atualmente a holding do Grupo Cosan responsável pela alocação de capital, gestão e governança dos ativos.

A Cosan Log é uma subsidiária direta da CZZ, e, por meio de sua controlada, Rumo S.A., atua no setor de serviços de logística de transporte ferroviário, armazenagem e carregamento portuário de bens, especialmente grãos e açúcar.

Entre os benefícios da incorporação estão o aumento da liquidez das ações do Cosan, ao concentrar os free floats da Cosan e Cosan Logística, além de Cosan Limited.

Ainda, a Cosan passará a ter ADSs negociados, com um acesso maior ao mercado de capitais.

O movimento facilitará futuras captações de recursos, inclusive por meio de ofertas públicas iniciais ou follow ons de outras companhias do Grupo Cosan.

Estima-se que os custos de realização da operação serão de 19 milhões de reais.

Fonte : Extra Online

Data : 17/12/2020



AGÊNCIA EPBR DE NOTÍCIAS

Governo planeja oferta de blocos regionais de grande extensão para estimular exploração em terra
Por epbr - 17 de dezembro de 2020 - Em Newsletter Comece seu Dia

Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo@epbr.com.br

em jogo

Amanhã (18), às 16h00, entrevistamos o diretor-geral interino da ANP, Raphael Moura, sobre as principais ações da agência em 2020. Transmissão ao vivo no canal da epbr – inscreva-se.

O governo pretende ofertar blocos de grande extensão em terra, com até 36 mil km², além reduzir custos e barreiras de entrada para contratação de áreas de exploração. As propostas são resultado do Reate, o Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres.

— O programa foi criado em 2017, no governo de Michel Temer, e continuado no Reate 2020. Os estudos da ANP e as diretrizes propostas pelo Ministério de Minas e Energia entraram em consulta pública por 30 dias.

— O entendimento é que a oferta de áreas de grande extensão, que são chamados de “blocos regionais” aumentará a atratividade pelo maior volume de dados disponíveis, possibilidade de múltiplas descobertas e a facilidade para contratação, na comparação com o investimento para adquirir diversos blocos menores.

— Os estudos da ANP levaram em consideração não apenas os dados geológicos e o potencial petrolífero, mas a infraestrutura existente, incluindo gasodutos, linhas de transmissão e estradas, por exemplo.

— Inicialmente, foram identificados blocos regionais com área variando de 7 mil a 36 mil km² aptos para oferta: AM-OP-01 e AM-OP-02, na Bacia do Amazonas; PAR-OP-02 e PAR-OP-03, na Bacia do Paraná; PN-OP-01 e PN-OP-02, na Bacia do Parnaíba; e SOL-OP-01 e SOL-OP-02, na Bacia do Solimões.

— Para comparação, os blocos delimitados atualmente nas áreas de nova fronteira (maior risco exploratório), como os ofertados na oferta permanente, chegam a cerca de 3 mil km². Em bacias com sistemas conhecidos, o padrão é de 30 km².

Outras propostas são a redução de garantias de investimentos para os lances, priorizar a aquisição de dados e mudar a aprovação dos planos exploratórios (fases sucessivas, conforme os resultados confirmados) e cobrar valores pela retenção de área próximos do mínimo.

— O MME também fala em exigir bônus de assinatura dos contratos que não desestimulem a contratação dos blocos: “no modelo de “bloco regional”, com grandes dimensões, deve-se ter o cuidado de adequar o procedimento de forma a não estabelecer valores proibitivos, que terminem por afastar possíveis interessados em investir na exploração destas bacias”.

Paralelamente, a ANP recebe contribuições para as regras da redução de royalties para empresas de pequeno e médio portes – a minuta prevê a cobrança de alíquota de 5% (piso legal) a 7,5%.

— Ideia é reduzir custos para empresas em troca do aumento do volume de investimento e, portanto, maior produção. No fim, a expectativa é que a arrecadação de royalties fique praticamente empatada. Mais no site da ANP.

Brent. Os preços do petróleo avançaram nessa quarta (16/12), apoiados por dados do governo dos EUA que indicaram uma queda de 3,1 milhões de barris nos estoques da commodity no país na semana passada e pelo otimismo em relação a um pacote de alívio norte-americano.

— Os futuros do petróleo Brent registraram alta de US\$ 0,32, a US\$ 51,08 o barril, enquanto os futuros do WTI avançaram US\$ 0,20, para US\$ 47,82 o barril. Investing.com, com Reuters

Venda da Braskem. Entre fevereiro e março de 2021, a Odebrecht deverá iniciar as conversas com potenciais compradores de sua fatia de 38,3% na Braskem. A empresa está finalizando as informações do data room, trabalho que está praticamente concluído.

— A Odebrecht mandou o Morgan Stanley em agosto para reiniciar o processo de venda da Braskem. Mas, ao contrário da negociação exclusiva com a LyondellBasell entre 2018 e 2019, a ideia agora é abrir um processo competitivo pelo controle da petroquímica.

— As discussões para a venda da Braskem ocorrem em meio a um cenário de animosidade entre os controladores, Odebrecht e Petrobras. A Petrobras quer acelerar os planos de vender sua fatia de 36,1% no capital total da petroquímica.

— Entre as principais reivindicações, a petroleira passou a cobrar da Odebrecht mudanças na gestão e celeridade na condução das questões mais delicadas da empresa – México e Alagoas. A estatal também defende a migração da Braskem para o Novo Mercado da B3.

— A venda é uma exigência do plano de recuperação judicial do grupo, homologado em julho, e tem um prazo de três anos para se concretizar. Valor

Novo comando na ExxonMobil. Juan Lessman assumirá a presidência da companhia no Brasil, em substituição a Carla Lacerda, que se aposenta depois de 35 anos na empresa.

— Lessman está na ExxonMobil há mais de 22 anos e já ocupou posições de liderança nos EUA. Recentemente, fora designado como executivo de projeto para o campo de Bacalhau, operado pela Equinor, no qual a empresa tem participação.

— A Exxon tem ampliado sua presença no Brasil. A companhia participa de 28 blocos offshore, sendo 17 como operadora, tendo investido US\$ 4 bilhões na aquisição desses ativos. Atualmente, tem cerca de 1.600 funcionários no país, incluindo a área de químicos, em São Paulo; E&P, no Rio de Janeiro; e um centro global de negócios no Paraná.

MP 998 no Senado. A Câmara aprovou nesta quarta (16) a MP 998 que, entre outros assuntos, alivia a conta de luz dos consumidores da região Norte e prevê a criação de um novo mecanismo de valoração ambiental para fontes renováveis.

— Passou com 296 votos favoráveis e 132 votos contrários, alvo de muitos requerimentos para evitar sua votação. O texto foi ajustado em vários pontos para tentar um acordo com as lideranças políticas, mas a MP encontrou resistência de parlamentares de vários partidos.

— Os principais pontos de discordância entre os deputados foram a retirada de subsídios para as fontes incentivadas e a preocupação com a amplitude da medida, que trata de outros temas considerados complexos.

— A expectativa do governo é que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP), convoque sessão ainda nesta semana para apreciar a medida provisória.

Repactuação de contratos no Amazonas. A Aneel abriu consulta pública, até 8 de janeiro, para discutir mudanças em contratos de compra e venda de energia das usinas de Produtores Independentes de Energia (PIEs) de Manaus (AM).

— O processo segue uma proposta apresentada pela Amazonas GT, subsidiária da Eletrobras, para adequar o despacho dessas usinas às necessidades do sistema de Manaus.

— A estatal propôs que os contratos sejam alterados para que essas usinas só operem por restrição elétrica, já que têm elevado Custo Variável Unitário (CVU). Segundo a Eletrobras, as mudanças contratuais poderiam reduzir a sobrecontratação de energia da Amazonas Energia e diminuir a inadimplência da distribuidora com a Amazonas G&T.

— “Cabe destacar que a inadimplência da Amazonas Energia relativa aos cinco CCVEEs [contratos de compra e venda de energia] dos PIEs representa cerca de 75% da dívida total da distribuidora com a Amazonas G&T”, afirmou a Eletrobras, em comunicado ao mercado.

— Outros benefícios, de acordo com a companhia, seriam a redução do custo global de operação desses empreendimentos e também menores dispêndios da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Valor

Financiamento para distribuidoras. O conselho de administração da Equatorial Energia aprovou a celebração de dois contratos de financiamento junto ao BNDES no valor total de R\$ 2,1 bilhões para as distribuidoras de eletricidade do grupo no Maranhão e no Pará.

— O empréstimo aprovado para a Equatorial Maranhão soma R\$ 750,85 milhões, enquanto a Equatorial Pará assinará acordo para crédito de R\$ 1,36 bilhão, segundo ata da reunião do conselho que aprovou os negócios, divulgada nessa quarta (16/12). Reuters

A CGT Eletrosul, controlada pela Eletrobras, captou R\$ 300 milhões com a oferta de debêntures simples, encerrada nesta semana. Os recursos serão usados em projetos prioritários, de reforços em instalações de transmissão de energia, aprovados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) nos termos da Portaria nº 389, de 27 de outubro de 2020.

— O prazo de vencimento das debêntures será de oito anos, com limite no dia 15 de novembro de 2028. Os juros remuneratórios correspondem a 3,75% ao ano, calculado sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado pela variação do IPCA, até a data de seu efetivo pagamento.

Eletromobilidade.

A Enel X e a rede de estacionamentos Estapar pretendem criar a primeira rede de carregamentos de veículos elétricos semi-pública do Brasil. O plano é instalar 250 estações de recarga em cerca de 100 pontos nos estacionamentos da Estapar.

— A expectativa é começar a instalação em dezembro, com conclusão das 250 estações em fevereiro de 2021. A tecnologia é da Enel X, de carregamento inteligente semi-rápido, abastecendo 80% da bateria de um automóvel elétrico e híbridos plug-in em aproximadamente três horas.

— As estações de recargas serão disponibilizadas em 23 cidades em dez estados, como São Paulo (SP), Guarulhos (SP), Barueri (SP), Rio de Janeiro, Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Aracaju (SE), Recife (PE), Salvador (BA), Brasília (DF), Campinas (SP) e Fortaleza (CE).

Orçamento fica para 2021. O Congresso Nacional aprovou nessa quarta (16/12) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021. A votação do detalhamento do orçamento de 2021, no entanto, deve ficar apenas para o próximo ano, quando o Congresso irá analisar a Lei Orçamentária Anual (LOA), onde são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal.

— O texto aprovado por deputados e senadores é um substitutivo do relator da proposta, senador Irajá (PSD-TO), que apoiou a adoção da meta fiscal fixa definida pela equipe econômica para o

próximo ano, de déficit primário de R\$ 247,118 bilhões para o governo central em 2021 — conta impactada pelo alto volume de despesas neste ano, cujos pagamentos ficarão para 2021.

— O Congresso deve votar a LDO até 17 de julho de cada ano, mas, diante de impasse político envolvendo a disputa pela presidência da Câmara que impediu a instalação Comissão Mista de Orçamento (CMO), a proposta foi analisada nessa quarta diretamente em sessões do Congresso Nacional, sem ter passado pela CMO. Reuters

Exportações. As exportações brasileiras deverão crescer 13,7% em 2021 na comparação com 2020, para US\$ 237,3 bilhões, com as vendas externas do país ficando mais dependentes de produtos como soja, petróleo e minério de ferro, previu nessa quarta (16/12) a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

— Pelo sétimo ano consecutivo a soja continuará sendo o produto líder de exportação do Brasil, com US\$ 36,55 bilhões em 2021, novo recorde, versus US\$ 28,7 bilhões em 2020. A AEB apontou alta de 25% no preço médio da oleaginosa, para US\$ 430 por tonelada em 2021, puxado pela forte demanda da China

— Já as vendas externas de petróleo deverão fechar 2021 com US\$ 23,25 bilhões, ante US\$ 19,8 bilhões em 2020, com a AEB considerando que, entre os três produtos principais de exportação, a commodity energética terá o maior aumento no volume (5%), para 75 milhões de toneladas. Reuters

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 17/12/2020

SHELL, OMV E MONTADORAS SE UNEM PARA IMPLANTAR FROTA DE CAMINHÕES A HIDROGÊNIO NA EUROPA

Por Guilherme Serodio - 16 de dezembro de 2020 - Em Combustíveis, Internacional, Transição energética

A Shell e a OMV, ao lado montadoras Daimler Truck AG, Iveco e Volvo Group, pretendem colocar em circulação, ao menos, 10 mil caminhões movidos a hidrogênio na Europa na segunda metade da década de 2020, com a criação de corredores de abastecimento e soluções para atender a demanda pelo combustível.

Chamada de H2Accelerate, o acordo de colaboração buscará viabilizar o uso em massa de caminhões a hidrogênio na região e atender à ambição do continente de reduzir suas emissões líquidas de gases de efeito estufa (GEEs) a zero até 2050.

Os investimentos serão feitos em duas fases. Começa com a entrega de 100 veículos e a prova de conceito de até 20 estações de abastecimento de alta capacidade em polos regionais.

Na segunda metade dos anos 2020, as empresas querem contar com ao menos 10 mil caminhões movidos a hidrogênio, com a rede de abastecimento cobrindo já as principais autoestradas do continente usadas no transporte de carga.

As empresas reunidas na iniciativa acreditam que a guinada no sistema de transporte de cargas se dará com a demanda de clientes dispostos a dar o primeiro passo.

Empresas buscam financiamento público

No comunicado, o grupo reforça que será necessário engajar os governos na iniciativa, por meio do acesso à fontes de financiamento públicas, mas também para criação de políticas e regulações.

“Os participantes esperam trabalhar juntos para buscar financiamento para os primeiros projetos pré-comerciais durante a primeira fase do lançamento. Paralelamente, os participantes se envolverão com formuladores de políticas e reguladores para encorajar um ambiente político que ajudará a apoiar o aumento subsequente na fabricação de caminhões a hidrogênio e uma rede europeia de reabastecimento de hidrogênio zero carbono”, diz a nota.

A Shell e a OMV são produtoras de petróleo e gás natural, com investimentos no mercado de refino e distribuição; Daimler Truck AG, Iveco e Volvo Group são fabricantes de veículos pesados. Todas empresas tem sede na Europa.

O trabalho em conjunto é essencial para garantir o investimento sincronizado em diversos setores, necessário para viabilizar a drástica mudança no sistema de transporte de cargas no continente.

Isso porque o uso em grande escala de caminhões a hidrogênio deve criar novas indústrias no continente, com demandas para a produção do hidrogênio com emissão zero, instalação de sistemas de distribuição do combustível e adaptação da rede de postos para atender ao caminhões.

Para a expansão do projeto, no entanto, será necessário o apoio do setor público. Os participantes buscarão formuladores de políticas e reguladores para garantir o aumento na fabricação de caminhões a hidrogênio e uma rede europeia de reabastecimento de hidrogênio viabilizada com emissão zero.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 16/12/2020*



JORNAL O GLOBO – RJ

LEILÃO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA TEM DESÁGIO DE ATÉ 70% E PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 7,3 BILHÕES

Participaram 51 empresas do setor, entre elas 14 estrangeiras
Por João Sorima Neto

SÃO PAULO —Com deságio de até 70%, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou nesta quinta-feira, na B3, um leilão de concessões para onze novos projetos de transmissão de energia em nove estados brasileiros. Os investimentos previstos chegam a R\$ 7,34 bilhões.

O leilão atraiu grandes empresas do setor elétrico como Equatorial, Neoenergia, EDP, Energisa, Eletrobras, Alupar, State Grid, Eletrobras e Copel, entre outros. Todos os lotes foram concedidos.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, considerou o certame um sucesso, marcando a retomada da agenda de investimentos privados no setor.

— O setor de energia é um porto seguro para receber investimentos. O ambiente de negócios previsível, respeito a contratos e estabilidade regulatória são fatores que atraem o grande interesse do setor privado, inclusive dos estrangeiros - disse Pepitone.

Ele afirmou que o deságio médio foi de 55,2% em relação ao valor máximo de remuneração fixado pelo governo. Foram 51 empresas e consórcios inscritos, o que sinaliza grande concorrência, disse Pepitone.

Foram 37 empresas brasileiras e as demais 14 de seis diferentes países: China quatro participantes; Colômbia (dois), Espanha (cinco); França (um); Itália (um) e Portugal (um).

—A atração de empresas do porte de uma Neoenergia, por exemplo, também mostra a confiança no mercado de crédito do país, u seja, que há condições de obter financiamento para os projetos - diz Tiago Figueiró, sócio da área de energia do Veirano Advogados.

Pepitone estimou a criação de 15 mil empregos diretos com os investimentos previstos. As empresas terão que instalar linhas de transmissão e subestações.

A concessão prevê a instalação de mais 1.959 quilômetros de linhas de transmissão no Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Para André Fonseca, gerente da Thymos Energia, consultoria especializada no setor, como já era esperado, o leilão foi bastante competitivo e atraiu apenas players do setor. Ele lembra que uma mudança na licitação impede que os ganhadores vendam o projeto antes de iniciar a operação. A concessão vale por 30 anos.

— Isso afastou aventureiros, como aconteceu antes. Agora, o certame só atraiu grupos estratégicos do setor de energia - explicou Fonseca.

Nesse modelo de leilão, ganha quem oferece a menor proposta de remuneração anual a ser paga aos empreendedores, a chamada RAP.

Quanto maior o deságio, maior a economia aos consumidores, uma vez que a remuneração dos consórcios entrará no cálculo das contas de luz.

- Quanto maior o deságio, menos o custo para o consumidor. Por isso, os leilões de transmissão têm sido um caso de sucesso. Todos os anos eles acontecem e sempre atraem investidores - diz Figueiró.

O especialista da Thymos explica que os deságios elevados já aconteceram em leilões anteriores.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/12/2020

CÂMARA CONCLUI VOTAÇÃO DE MP PARA RETOMAR ANGRA 3 E REDUZIR CONTAS DE LUZ NO NORTE E NORDESTE

Medida Provisória, que também retira subsídios às fontes de energia solar e eólica, ainda precisa ser votada no Senado

Por Isabella Macedo e Manoel Ventura



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24689533-043-0a6/FT1086A/652/xObras-de-Angra-3.jpg.pagespeed.ic.h31SsKd4Tv.jpg>

Obras de construção da usina Angra 3 em 2013 Foto: Divulgação

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados concluiu no início da tarde desta quinta-feira a votação da medida provisória (MP) editada em setembro deste ano para tentar conter o aumento nas contas de luz até 2025. O foco principal da medida está nos estados do Norte e Nordeste, atendidos por empresas que pertenciam à

Eletrobras e foram privatizadas recentemente.

A MP começou a ser votada ontem pelos deputados, que rejeitaram todas as sugestões de mudanças ao texto. Agora, a MP ainda precisa ser analisada pelos senadores. Entretanto, não há mais previsão de sessão do Senado para votar projetos neste ano.

O texto também tenta destravar as obras da usina nuclear de Angra 3, em Angra dos Reis. A MP aprovada inclui ainda previsão do fim de alguns subsídios atualmente concedidos para usinas de geração renovável como parques eólicos e solares, que pesam sobre os custos da energia.

A MP 988 prevê, entre outras iniciativas, o uso de recursos que seriam destinados por empresas de energia a programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e iniciativas de eficiência energética para atenuar os aumentos tarifários, assim como verbas de fundos setoriais.

O recurso será transferido para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um super fundo que reúne encargos na conta de luz e banca desde descontos para consumidores de baixa renda ao programa de universalização Luz Para Todos.

Em seu texto, a MP define que recursos que iriam para programas de pesquisa e eficiência energética que não estejam comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser usados até o fim de 2025 “em favor da modicidade tarifária”.

A medida também prevê a retirada gradual de subsídios concedidos a usinas de geração de energia renovável, como usinas eólicas, solares e de biomassa. Esses subsídios hoje são concedidos na forma de desconto em tarifas pelo uso de sistemas elétricos de transmissão e distribuição e acabam sendo bancados pelos demais consumidores.

A avaliação de especialistas do setor hoje é que as fontes renováveis de energia elétrica, como eólica e solar, já estão baratas por mérito próprio, sem necessidade de concessão de subsídios, que pesam nas contas de luz.

Quando a medida foi editada, o Ministério de Minas e Energia disse que o subsídio às renováveis que agora será eliminado custa atualmente cerca de R\$ 4 bilhões por ano. De acordo com a pasta, o custo desse subsídio cresce até R\$ 500 milhões por ano.

Em paralelo, a MP aponta que o governo federal definirá em 12 meses mecanismo alternativo para reconhecer benefícios ambientais de cada fonte de energia.

A medida provisória também determina que compete ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) conceder outorga de autorização para exploração da usina nuclear Angra 3 e autorizar a celebração do contrato de comercialização da energia produzida pela usina.

A autorização para a usina nuclear terá prazo de 50 anos, com possível prorrogação por prazo não superior a 20 anos. O CNPE também deverá estabelecer marcos temporais do cronograma de implantação da usina nuclear, incluindo data de início de operação comercial.

A oposição tentou retirar a possibilidade de outorga, afirmando que se trataria de uma privatização inconstitucional, mas o requerimento para alteração do texto foi rejeitado no plenário.

O preço da energia de Angra 3 deverá ser aprovado pelo CNPE com base em estudo contratado pela Eletrobras Eletronuclear junto ao BNDES. O valor deverá considerar, “cumulativamente, a viabilidade econômico-financeira do empreendimento e seu financiamento em condições de mercado, observados os princípios da razoabilidade e da modicidade tarifária”, segundo o texto.

Não há data para a entrada em funcionamento de Angra 3, com investimentos previstos da ordem de R\$ 15,5 bilhões. A Eletrobras precisa encontrar agentes privados para sua finalização.

O governo tenta encontrar uma solução para a retomada da construção de Angra 3, parada desde 2015 em meio à deterioração das contas públicas e do andamento da Operação Lava-Jato, que atingiu as empreiteiras responsáveis pelas obras.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/12/2020

LEILÃO DE 22 AEROPORTOS INCLUÍDOS NA NOVA RODADA DE CONCESSÃO É MARCADO PARA 7 DE ABRIL DE 2021

Investimentos nos terminais estão projetados em R\$ 6,1 bilhões ao longo dos contratos, de 30 anos

Por Geralda Doca



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24801296-486-274/FT1086A/652/xgo.jpg.pagespeed.ic.7jtWpteCkG.jpg>

Aeroporto de Goiânia, que puxa um dos blocos do leilão
Foto: Agência O Globo

BRASÍLIA - A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, nesta quinta-feira, o edital de licitação de 22 aeroportos, divididos em três blocos puxados por Curitiba, Goiânia e Manaus. O leilão será realizado no dia 07 de abril de 2021.

A aprovação ocorre pouco mais de uma semana, após aval do Tribunal de Contas da União (TCU) à realização do leilão.

De acordo com as regras da concessão, os investimentos nos terminais estão projetados em R\$ 6,1 bilhões ao longo dos contratos, de 30 anos. O lance mínimo pelo conjunto dos aeroportos foi fixado em R\$ 189,9 milhões.

Os vencedores da disputa terão que pagar à vista o lance mínimo e ágio. A outorga variável vai depender das receitas do aeroporto. Uma das novidades dessa etapa de concessão é a não obrigatoriedade de participação de operadores aeroportuários na formação do consórcio. Eles poderão ser contratados posteriormente.

A medida é considerada fundamental para viabilizar o leilão porque os operadores aeroportuários estrangeiros enfrentam dificuldades em razão dos efeitos da pandemia do novo coronavírus no setor de aviação civil.

A derradeira etapa de concessão está prevista para o primeiro semestre de 2022, quando irão a leilão 14 aeroportos, tendo como chamariz Santos Dumont e Congonhas. O governo está prestes a autorizar o início dos estudos de viabilidade econômica que vão nortear a licitação.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/12/2020

SOCORRO A ESTADOS REDUZ EXIGÊNCIA DE PRIVATIZAÇÃO DE ESTATAIS COMO CONTRAPARTIDA

Especialistas apontam perda no projeto aprovado, que abre espaço para que governadores vendam só parte das empresas. Venda da Cedae não muda

Por Cássia Almeida

RIO — O projeto de alívio fiscal aos estados aprovado no Congresso na última terça-feira aumenta o prazo para que eles possam se enquadrar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e coloquem as contas no azul sem pagar prestações da dívida com a União.

Facilita a renegociação de dívidas, mas, ao mesmo tempo, reduz uma das principais contrapartidas exigidas para a ajuda do governo federal: a privatização de empresas públicas.

O texto aprovado permite que os governos locais façam apenas a venda parcial das empresas, sem abrir mão do controle. A justificativa é a dificuldade política de fazer avançar a venda destas companhias, mesmo as que prestam serviços básicos e enfrentam restrições de caixa que limitam sua capacidade de investir a fim de garantir a qualidade dos seus serviços.

A alternativa seria abrir o capital da estatal, vendendo parte das ações, diz o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), autor do projeto e futuro secretário de Fazenda da prefeitura do Rio:

— O Rio Grande do Sul tem dificuldade de privatizar o Bannisul, mas não de fazer um IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês).

A mudança aprovada na Câmara e no Senado, porém, não muda a situação da Cedae, a companhia de saneamento do Estado do Rio, que deve ter o edital do leilão de serviços de água e esgoto apresentado nesta quinta-feira.

Para Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, não vender o controle de estatais estaduais num cenário de crise financeira regional é ruim:

— Isso desvaloriza a estatal por ainda ficar ao sabor dos ventos políticas, sem garantia de uma governança que não permita usos políticos.

Para o economista, ou o estado vende a estatal inteira ou o controle ou simplesmente não vende:

— Se é para vender e ficar no controle, é melhor nem fazer.

Ele admite, no entanto, que a mudança no projeto aprovado vai ajudar estados como Rio Grande do Sul e Goiás, que estão com dificuldade de avançar com as privatizações. Até agora, só o Rio de Janeiro entrou formalmente no regime de recuperação, que dá uma trégua no pagamento da dívida com a União.

— São estados que estão num esforço para pôr as contas em dia, mas, por causa da exigência (de privatização) não estão conseguindo ingressar (no RRF), como Rio Grande do Sul e Goiás — diz Frischtak.

Já Sergio Lazzarini, professor do Insper, diz que a gestão privada tem mais liberdade para dar eficiência às empresas públicas, como as de saneamento, mas vê a abertura de capital como um avanço:

— A privatização facilita para fazer os ajustes, evitando o uso populista, mas há outras formas de melhorar a gestão (da estatal), que é tratar como corporação, com ações negociadas em Bolsa, com presença de consultoria externa, atraindo capital privado com a sinalização de boa governança.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/12/2020

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEDAE APROVA CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO DA ESTATAL

Se aval do órgão que reúne municípios da Região Metropolitana do Rio sair amanhã, edital para a licitação será publicado na sexta-feira

Por Glauce Cavalcanti

RIO - Em reunião realizada na tarde desta quarta-feira, o Conselho de Administração da Cedae deu sinal verde para o leilão dos serviços de água e esgoto da estatal, seguindo a modelagem elaborada pelo BNDES. O projeto foi aprovado por nove votos a dois, segundo o Governo do Estado do Rio.

Falta agora a confirmação do projeto pelo órgão que reúne os municípios da Região Metropolitana do Rio, que vai discutir o assunto na quinta-feira. Com isso, o edital para a licitação pode ser publicado na sexta-feira, como prevê o banco.

A decisão do board da Cedae acendia alertas no mercado em razão dos embates em relação ao preço da tarifa de água que será cobrada pela nova estatal das concessionárias dos serviços de saneamento.

No início de dezembro, o governo fluminense e o BNDES chegaram a um acordo sobre esse valor, fixado em R\$ 1,70 por metro cúbico nos quatro primeiros anos de concessão. Após esse prazo, a tarifa será ajustada para R\$ 1,63, o mesmo valor cobrado da concessionária Águas de Niterói.

No fim de novembro, a Cedae propôs que essa tarifa fosse de R\$ 2,30/m³, patamar bem acima do valor de R\$ 1,46/m³ previsto no estudo do BNDES. Neste valor defendido pela estatal, afirmam fontes próximas às negociações, a licitação ficaria inviável, reduzindo outorgas em 57%.

O projeto do banco de fomento prevê conceder os serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto da Cedae divididos em quatro blocos regionais, cobrindo 47 municípios.

A Cedae seguiria como a produtora de água para esses concessionários. A meta é universalizar os serviços de saneamento básico até 2033, como determina o novo marco do setor, aprovado em meados deste ano.

A concessão da Cedae prevê investimentos de R\$ 31 bilhões ao longo dos 35 anos de concessão, beneficiando mais de 13 milhões de pessoas no estado do Rio. O leilão prevê o pagamento de R\$ 10,6 bilhões em outorga mínima, sendo que R\$ 8,5 bilhões ficam com o governo fluminense.

Um estudo realizado pela Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) que mostra que o leilão dos serviços da Cedae teria impacto de R\$ 47 bilhões para a economia do Estado do Rio, considerando ganhos em áreas como turismo, mercado imobiliário e saúde, além de avanços em educação e produtividade do trabalhador.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 16/12/2020

CONGRESSO APROVA LEI QUE DEFINE DIRETRIZES DO ORÇAMENTO E AFASTA RISCO DE APAGÃO NAS DESPESAS EM 2021

Projeto prevê salário mínimo de R\$ 1.088 e segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro
Por Isabella Macedo , Marcello Corrêa e Geralda Doca

BRASÍLIA — O Congresso aprovou nesta quarta-feira o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem, essencial para que a máquina pública continue a funcionar a partir de 1º de janeiro de 2021. Na Câmara, o texto foi aprovado por 444 votos favoráveis e apenas 10 contrários. No Senado, a apreciação foi simbólica, por acordo, portanto sem contagem de votos nominais. A matéria vai à sanção presidencial.

O projeto enviado pelo Executivo anualmente é responsável por estabelecer as metas e prioridades para o ano seguinte e precisa ser chancelado pelo Congresso.

Os deputados aprovaram o texto e recusaram as sugestões de mudanças na proposta. Após a votação na Câmara, os senadores também apreciaram o relatório de maneira célere, em menos de 10 minutos. Apenas com a votação do texto é possível iniciar o recesso parlamentar.

Saiba mais: TCM reprovava as contas do governo Crivella de 2019; é a primeira vez que um prefeito tem despesas rejeitadas na corte

Além das metas do governo, a LDO também estabelece as regras e os limites para as despesas da União.

A LDO foi apresentada às pressas, sob críticas de parte dos parlamentares e mais de duas mil emendas foram apresentadas à medida.

A versão final da proposta só foi apresentada pelo relator, senador Irajá (PSD-TO), na terça-feira. O projeto confirmou a sugestão do governo de prever meta de déficit primário de R\$ 247,1 bilhões e salário mínimo de R\$ 1.088 no ano que vem.

Os deputados se queixaram da Comissão Mista de Orçamento (CMO), colegiado responsável pela análise inicial do texto, não ter sido instalada neste ano. A CMO foi alvo de uma queda de braço que teve como pano de fundo a antecipação da disputa entre os grupos do líder do centrão Arthur Lira (PP-AL) e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pela presidência da Câmara.

Outro questionamento foi a decisão do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), de não pautar os vetos presidenciais na sessão do Congresso.

Normalmente, o Congresso aprova dois projetos para balizar os gastos do governo no ano seguinte: a LDO, com as regras gerais das finanças públicas, costuma ser sancionada ainda em agosto. A Lei Orçamentária, com a descrição das fontes de receitas e destino das despesas, é apreciada até dezembro.

Neste ano, esse processo atrasou principalmente por causa da pandemia e da turbulência política causada pela disputa pela presidência da Câmara dos Deputados. A Lei Orçamentária só será votada em fevereiro.

Sem o Orçamento, há a previsão de que a máquina pública seja custeada por meio de liberações mensais, baseadas na proposta de despesas definida pelo governo. Mas, para que esse mecanismo provisório entre em ação, era necessária a aprovação ao menos da LDO.

Se isso não ocorresse, o governo não poderia liberar gastos essenciais, como salários de servidores, pagamento de benefícios e compras de equipamentos.

Meta flexível

A primeira versão do projeto foi apresentada pelo governo em abril, com previsão de uma meta fiscal flexível, por causa das incertezas em relação à projeção para as receitas em 2021. O Tribunal de Contas da União (TCU) alertou que essa manobra poderia desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do alerta e da melhora no cenário para preparar estimativas, a equipe econômica voltou atrás da decisão. Inicialmente, projetou meta de R\$ 232,1 bilhões na semana passada. Dias depois, elevou essa previsão para R\$ 247,1 bilhões por causa de mudanças nas projeções dos parâmetros econômicos.

A definição de um limite para o resultado das contas públicas é importante porque baliza a liberação de recursos ao longo do ano. A cada dois meses, o governo avalia se a meta corre risco de ser descumprida e, se necessário, faz um contingenciamento no Orçamento — ou seja, bloqueia temporariamente recursos dos ministérios.

Pacote de medidas: Congresso aprova socorro a estados e municípios e amplia de seis para dez anos Regime de Recuperação Fiscal

Essa regra foi suspensa neste ano por causa do decreto de estado de calamidade pública, editado para permitir a autorização de gastos emergenciais para combater a pandemia de Covid-19. A medida se encerra em 31 de dezembro, mas já há pressões para prorrogar esse prazo.

Mais poder ao Congresso

O texto da LDO aprovado pelo Congresso dá mais poder aos parlamentares em relação a emendas, retirando as barreiras à execução de obras. Foi autorizado às bancadas estaduais a apresentarem emendas ao orçamento para repasses diretos a prefeitos e governadores. Atualmente, isso só é possível nas indicações individuais dos parlamentares.

Chamada de emenda sem carimbo, o recurso pode ser aplicado livremente por estados e municípios, desde que 70% do montante sejam destinados a investimentos.

Segundo especialistas, a não necessidade de convênio e não definição de utilização do recurso pode, inclusive, levar à fragmentação desses recursos para diversos municípios.

Comissão não foi instalada

A influência da disputa pela presidência da Câmara na instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) é alvo de queixas, especialmente da oposição.

Entre setembro e outubro, a indicação para o comando do colegiado se tornou em uma espécie de prévia da disputa pelo comando da Câmara, com um embate entre aliados do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia, e o deputado Arthur Lira, que já vinha se aproximando do Planalto e se tornaria o candidato do Executivo.

— Quero registrar, como coordenador da bancada do PT na CMO, com parlamentares da Câmara e do Senado, que marcamos presença em todas as reuniões convocadas para a instalação da CMO. A disputa política em torno da presidência passou para nós ao largo. Não se justifica a CMO não ter sido instalada — afirmou Afonso Florence (PT-BA) durante a sessão de hoje.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM) também se queixou da inconstitucionalidade de levar a LDO diretamente ao plenário do Congresso e pediu o compromisso de Alcolumbre para que ela seja instalada já em janeiro para votação da Lei Orçamentária.

A Constituição prevê que a LDO seja votada na CMO antes de ir a plenário, como ocorre nesta quarta-feira.

— O mais grave não é que o Congresso Nacional excepcione a regra constitucional para trazer a matéria direto ao Plenário. O mais grave é que isso seja feito sem o compromisso de instalar a CMO. Nós vamos votar a LDO hoje sem nenhum compromisso de que nós teremos CMO para analisar a Lei Orçamentária a partir de fevereiro do ano que vem — disse o deputado antes da votação.

— Eu acho que o mínimo que deveria ser construído como um acordo político aqui nesta Casa é que fique estabelecido como condição para a votação da LDO neste momento o compromisso de instalar a CMO antes do recesso parlamentar.

Votação de vetos atrasados

Outro ponto criticado por parte de parlamentares é a decisão de iniciar a sessão do Congresso pela análise da LDO, e não dos vetos.

A medida contraria o regimento interno do Congresso e a Constituição, que prevê que vetos que não forem analisados em 30 dias tranquem a pauta. Isso significa que parlamentares não poderiam analisar nenhuma outra medida, antes de votar vetos atrasados.

Hoje, 22 vetos estão trancando a pauta, inclusive alguns que tratam de medidas polêmicas, como o veto ao marco legal do saneamento.

Essa medida é acompanhada de perto pelo governo. Se a decisão presidencial for revertida, concessionárias estaduais renovarem sem licitação por até 30 anos contratos de programas com os municípios — manobra que vai na direção contrária do projeto de lei aprovado e defendido pelo governo para ampliar a concorrência no setor.

Sem a certeza de que tem votos suficientes para manter o veto, o governo adotou a estratégia de avançar apenas com a votação da LDO, sem avançar com a discussão sobre os vetos.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 16/12/2020

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

NOVO MINISTRO DO TURISMO DIZ QUE GOVERNO VAI REDUZIR IMPOSTO DE ALUGUEL DE AERONAVES

Gilson Machado afirmou que intuito é incentivar o setor, um dos mais atingidos pela pandemia de covid-19

Por Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O novo ministro do Turismo, Gilson Machado, afirmou que o governo vai anunciar em breve uma medida de desoneração do leasing de aeronaves (redução dos encargos cobrados no aluguel) e de remessas para incentivar o setor, um dos mais atingidos pela pandemia de covid-19.

Durante a cerimônia de posse, Machado afirmou que o governo precisará "corrigir" alguns pontos da medida que transformou o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) em uma agência com status de serviço social autônomo. "Esperávamos anunciar agora", disse o novo ministro na cerimônia e apontando para o ministro da Economia, Gilson Machado. "Está bem pertinho. Vamos dar essa notícia boa para o trade (setor)."



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/6/1605647300968.jpg>

*Gilson Machado, novo ministro do Turismo do governo Bolsonaro.
Foto: Isac Nóbrega/PR*

Em maio, Bolsonaro sancionou a medida com vetos a incentivos fiscais voltados para o setor. A norma sancionada deixou de fora o trecho que zerava, a partir de 2021, o imposto de renda devido por empresas aéreas em virtude de contratos de leasing de aeronaves e motores, e também o artigo que garantia a redução para 6% até 2024 do imposto

de renda sobre valores remetidos ao exterior para gastos pessoais de brasileiros em viagens internacionais.

O ministro destacou que, até o fim de novembro, mais de 80% das rotas aéreas internas foram reativadas no País e que o turismo pode ter no Brasil a mesma importância do agronegócio. Machado, amigo pessoal do presidente Jair Bolsonaro, assume a pasta após a demissão de Marcelo Álvaro Antônio.

Turismo tem mais medo de lockdown do que da covid-19, diz novo ministro

Na posse, ele fez um discurso alinhado com o presidente Jair Bolsonaro criticando o fechamento de atividades durante a pandemia de covid-19. Segundo ele, o setor tem mais medo de uma segunda etapa de isolamento do que da própria doença, que matou 183.822 pessoas até quarta-feira, 17. O isolamento social é recomendado por autoridades sanitárias como medida essencial para evitar o avanço rápido da doença e o colapso do sistema hospitalar.

Machado criticou a decisão da Justiça de estabelecer o fechamento do município de Armação dos Búzios, na Região dos Lagos, tradicional destino turístico de final de ano no Rio. Citando os governadores de Alagoas, Renan Filho (MDB), presente no evento, e de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), o ministro fez um apelo para que Estados mantenham as atividades turísticas abertas.

"O trade não aguenta uma decretação de segundo lockdown", afirmou Machado, ressaltando que o Brasil teve menos impactos no setor de turismo de outros países. "O nosso trade não aguenta mais. O empresário turístico, que gera emprego e renda, hoje tem mais medo de um decreto do que da própria doença."

O presidente Jair Bolsonaro demitiu o ex-ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, ao mexer no governo para tentar interferir na disputa pelo comando da Câmara. A troca na pasta ocorreu após

Antônio expor, em um grupo de mensagens, as articulações do governo para influenciar a sucessão do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Ao colocar um amigo pessoal no cargo, o presidente facilita uma futura troca para acomodar o Centrão em busca de votos pelo comando da Câmara. O Ministério do Turismo é bastante cobiçado pelo grupo que se aproximou do governo em troca de cargos. Na cerimônia, Bolsonaro declarou que a gestão de Marcelo Álvaro foi uma "inflexão" no setor.

Até o ministro Paulo Guedes, (Economia) foi atingido pela pandemia com o fechamento de hotéis e virou "inquilino" do presidente, disse Bolsonaro ao citar que o chefe da Economia se mudou de um hotel onde ficava em Brasília para a Granja do Torto, residência da presidência da República na capital federal.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/12/2020

ATIVIDADE INDUSTRIAL VOLTA A CRESCER EM NOVEMBRO, MAS EM RITMO MENOR QUE OUTUBRO

CNI destaca que novembro costuma ser um mês de redução da atividade industrial e a comparação com outubro geralmente é negativa

Por Sandra Manfrini, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A atividade industrial voltou a crescer em novembro, embora num ritmo de alta menor que o verificado em outubro. Os dados são da Sondagem Industrial, divulgada nesta quinta-feira, 17, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em novembro, o índice de evolução da produção ficou em 53,1 pontos ante os 58,3 pontos registrados em outubro. Apesar do ritmo mais lento, o indicador ainda reflete aumento da produção, porque está acima da linha divisória dos 50 pontos.

A CNI destaca que novembro costuma ser um mês de redução da atividade industrial e a comparação com outubro geralmente é negativa. "A indústria segue com atividade acima do usual para o mês, o que vem acontecendo notadamente desde setembro", diz o documento.

"Apesar do índice de novembro ser 5,2 pontos menor na comparação com outubro, pode-se afirmar que o crescimento da produção foi intenso e disseminado, pois o índice de difusão segue distante da linha divisória de 50 pontos", completa. Novembro foi o sexto mês seguido de alta na produção industrial.

O índice de evolução do número de empregados ficou em 53,3 pontos em novembro, também acima dos 50 pontos, o que retrata crescimento do emprego na indústria no mês, o quinto consecutivo de alta no indicador.

Os índices que medem a utilização da capacidade instalada (UCI) permaneceram elevados em novembro, atingindo 73%. Segundo a sondagem, isso reforça a conclusão que a indústria está operando em um nível de atividade aquecido. Na comparação com outubro, houve uma queda de um ponto porcentual na UCI, a primeira após seis meses consecutivos de alta no índice. Mesmo assim, a UCI de novembro é 3 pontos porcentuais superior à verificada em novembro de 2019 e superada o registrado nos meses de novembro desde 2014, quando o indicador foi também de 73%.

O índice de UCI efetiva em relação ao usual manteve-se estável em 51,1 pontos, acima da linha divisória dos 50 pontos pelo terceiro mês seguido. "O índice indica que a atividade industrial está aquecida, ou seja, operando acima do nível usual para o mês", destaca a CNI.

Apesar das altas seguidas de produção, os estoques continuaram em queda em novembro e abaixo do nível planejado para o mês, o que reflete, segundo a Sondagem, crescimento das vendas acima da produção. O indicador que mede o nível de estoque efetivo em relação ao planejado aumentou de 43,3 pontos para 44,1 pontos. O índice de evolução do nível de estoques ficou em 45,8 pontos no

mês, um pouco superior ao de outubro, mas abaixo dos 50 pontos, indicando evolução negativa, ou seja, diminuição dos estoques de produtos finais em novembro.

Expectativas

A pesquisa revela que todos os índices de expectativas permanecem elevados, apesar de variações negativas dos indicadores de expectativa de demanda e de compras de matérias-primas. Segundo avaliação da CNI, os índices mostram que os empresários seguem bastante otimistas em relação aos próximos seis meses.

O índice de expectativa para a demanda caiu 1,9 ponto, para 57,9 pontos em dezembro. Já o índice de expectativa de compra de insumos e matérias-primas teve queda de 1,3 ponto, para 56,7 pontos. "Os índices refletem o início de período mais moderado da demanda por produtos industriais, quando ocorre maior demanda", diz a pesquisa.

O indicador que mede a expectativa de quantidade exportada teve alta de 0,7 ponto no mês de dezembro, atingindo 54,6 pontos. O índice de expectativa de número de empregados ficou estável, em 53,5 pontos.

Com relação à propensão de investir do empresário, o indicador manteve-se praticamente estável, em 59,1 pontos em dezembro, uma variação negativa de 0,2 pontos em relação a novembro. A sondagem foi feita no período de 1º a 11 de dezembro, com 1.872 empresas.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/12/2020

BOLSONARO SANCIONA LEI QUE LIBERA USO DE FUNDO PARA BANDA LARGA E INTERNET RURAL

Ministério das Comunicações lembrou, por meio de nota, que o Fust foi criado originalmente para a difusão da telefonia fixa e que, agora, poderá financiar projetos que promovam democratização da internet e de novas tecnologias

Por Sandra Manfrini e Jussara Soares, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que libera o uso dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para serviços de banda larga e investimentos na internet rural. Visto como estratégico para o agronegócio pela possibilidade de impulsionar a conectividade no campo, o projeto de lei convertido agora em lei foi, no entanto, sancionado com vetos. O texto da Lei está publicado na edição desta quinta-feira, 17, do Diário Oficial da União.

O Ministério das Comunicações lembrou, por meio de nota, que o Fust foi criado originalmente para a difusão da telefonia fixa e que, agora, "finalmente poderá financiar projetos que promovam a democratização da internet e de novas tecnologias".

Com a nova lei, destaca a Pasta, o Fust poderá ser usado para ampliar ou implantar serviços de conexão, proporcionando acesso à internet a pecuaristas, agricultores, escolas rurais e famílias de baixa renda que hoje não têm acesso à internet.

"O Fust poderá levar internet aos produtores que estão em regiões distantes dos grandes centros urbanos e criar fazendas inteligentes, com o uso de tratores autônomos, drones e colheitadeiras interligados a redes sem fio. Além de favorecer uma ampliação significativa da produção agropecuária, a modernização no campo vai gerar milhões de empregos diretos e indiretos", comemorou o ministro das Comunicações, Fábio Faria, por meio de nota.

Vetos

O Diário Oficial da União traz as razões dos vetos que foram feitos ao texto. Um dos dispositivos vetados dizia que os recursos do Fust seriam "destinados a cobrir, no todo ou em parte, nas regiões de zona rural ou urbana que tenham baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população

potencialmente beneficiada, os investimentos e custos direcionados às ações para serviços de telecomunicações".

O governo afirma que a medida "contraria o interesse público, tendo em vista que restringe o uso dos recursos do fundo às regiões de zona rural ou urbana com baixo índice de IDH, restando, assim, um quantitativo reduzido de municípios que poderiam ser contemplados. Além disso, a proposta dificultaria a conceitualização e a operacionalização para fins de mensuração dos dados de projeção e destinação dos recursos para o atendimento dessas localidades". O texto diz ainda que o dispositivo poderia criar uma vantagem competitiva para os provedores que receberem recursos do fundo, uma vez que teriam custos de produção mais baixos em razão dos subsídios do Fust.

Também foi vetado o trecho da lei que dispõe sobre a utilização dos recursos do Fust na modalidade prevista de apoio não reembolsável, limitada a 50% das receitas no exercício. "O dispositivo contraria o interesse público ao limitar os recursos do Fust que serão empregados na modalidade não reembolsável, destinado a atender a parcela mais vulnerável da população, incorrendo na inobservância do princípio que norteia o uso do fundo, o qual preceitua a redução das desigualdades regionais para promoção do desenvolvimento econômico e social", diz a justificativa ao veto.

Outro ponto vetado foi o que estabelece que na aplicação dos recursos do Fust será obrigatório dotar todas as escolas públicas brasileiras, em especial as situadas fora da zona urbana, de acesso à internet em banda larga, em velocidades adequadas, até 2024.

"Embora se reconheça a boa intenção do legislador, ao instituir tal obrigatoriedade com prazo para sua execução até 2024, a proposição cria despesa pública sem apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro", diz a justificativa do veto.

O texto acrescenta ainda que a medida gera impacto em período posterior ao da calamidade pública, o que torna necessária a apresentação de medida compensatória exigida na lei orçamentária de 2020 e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/12/2020

GRUPO ULTRA CONTRATA BANCO PARA VENDER OXITENO

Por Fernanda Guimarães

O Grupo Ultra, dono de marcas como o posto Ipiranga, contratou o Bank of America (Bofa) para seguir com a venda da sua unidade Oxiteno, avaliada em mais de US\$ 1,5 bilhão. A Oxiteno vai fazer, apenas neste ano, US\$ 200 milhões em geração de caixa, considerando o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). No mercado, ativos desse setor são negociados com um múltiplo que varia de 8 vezes a 10 vezes o indicador. O processo de venda ainda está no início.

Demandada. A Oxiteno é uma indústria química fabricante de tensoativos, que são substâncias que diminuem a tensão superficial ou influenciam a superfície de contato entre dois líquidos, algo utilizado em várias indústrias. Além da Oxiteno e da Ipiranga, o grupo tem no portfólio a Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma.

Diga lá. Procurado, o Grupo Ultra disse que não tem nada a acrescentar além do fato relevante divulgado na segunda-feira, em que diz que "avalia continuamente seu portfólio de negócios" e que vem direcionando investimentos, de forma prioritária, para fortalecer seu posicionamento na cadeia de óleo e gás no Brasil. Por isso, a empresa afirma que "estão sendo consideradas alternativas estratégicas que assegurem a continuidade da expansão da Oxiteno".

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/12/2020

APÓS CRISE NO AMAPÁ, BENTO ALBUQUERQUE DIZ QUE PAÍS TEM 'ABUNDÂNCIA DE FONTES DE ENERGIA'

No lançamento do Plano Nacional para 2050, ministro de Minas e Energia cita estudo da EPE e diz que Brasil pode se tornar um grande exportador do recurso

Por Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Após uma crise energética no Amapá, que durou mais de 20 dias, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem que estudos apontam que o País passa por uma situação de “abundância de fontes de energia” ao lançar o Plano Nacional de Energia 2050. Segundo ele, a situação faz com que a disponibilidade supere as projeções mais otimistas de demanda prevista para os próximos anos e dá oportunidade de o País se tornar exportador de energia.

Elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o estudo traz um conjunto de recomendações e diretrizes para nortear a política do País no setor nas próximas décadas. “Com o plano teremos melhores condições no processo de tomada de decisões sobre políticas energéticas com embasamento técnico e nivelamento de conhecimento com todos os agentes do setor”, disse o ministro durante o evento de lançamento do documento.

Segundo ele, o momento em que o País passa mostra a importância de ter uma geração de energia “confiável e limpa”, como a geração nuclear. Disse que, conforme previsto no Plano Nacional de Energia 2050, novas usinas nucleares terão que ser construídas no País nos próximos anos. A fonte é uma bandeira do ministro e do próprio presidente Jair Bolsonaro desde o início de seu governo. O ministro também destacou o potencial de fontes como a energia eólica e solar.

A apresentação do ministério aponta que o Brasil tem hoje uma baixa disponibilidade energética por pessoa na comparação com outros países. De acordo com o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético da pasta, Paulo César Domingues, isso demonstra o potencial de desenvolvimento do setor. O plano aponta que, mesmo com ganhos na eficiência energética do País, a demanda por energia elétrica pode aumentar 3,3 vezes até 2050.

Em linha com o ministro, o secretário afirmou que o Brasil tem abundância e diversidade em recursos energéticos, tanto fósseis como renováveis. “Somente a parcela dos recursos mais facilmente acessíveis representa 60% a mais do que toda a demanda do período”. O governo destacou que os recursos renováveis e “mais limpos” representam mais da metade dos recursos disponíveis no País.

Apesar da declaração do ministro, o País passa por uma situação crítica no nível dos reservatórios das principais hidrelétricas. O problema levou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a retomar o sistema de bandeiras tarifárias no início deste mês, com o acionamento da bandeira vermelha patamar dois, o mais caro.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a falar em suas redes sociais, que o País corre risco de ter apagões devido aos níveis dos reservatórios.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/12/2020



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

PESQUISA DA ABAG APONTA INFRAESTRUTURA COMO PRINCIPAL GARGALO PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

Entre outros pontos, também foi indicada a necessidade de ampliação de investimentos em promoção comercial

Por Marina Salles, Valor — São Paulo

O Comitê de Inovação e Tecnologia da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) fez uma pesquisa com associados, entidades do setor, academia e representantes ligados ao ecossistema empreendedor quanto à “Inovação e Competitividade do Agronegócio”. Os dados foram coletados entre agosto e setembro, e o objetivo é que os resultados ajudem a direcionar esforços futuros para crescimento da atividade agropecuária no país.

Na pesquisa, o setor de infraestrutura foi apontado em 80% das respostas como o principal gargalo para o agro brasileiro. Foram avaliados ainda o papel das políticas públicas, fator humano, propriedade intelectual e patentes, política internacional e acordos comerciais, financiamento e fomento à inovação e sustentabilidade para alavancar os negócios e a inovação no setor.

Com relação ao fator humano, os entrevistados destacaram que o comprometimento dos funcionários (acima de 60%) é de altíssima relevância para o sucesso das iniciativas de inovação no agro. A seguir, vieram satisfação e nível de escolaridade dos empregados (com relevância acima de 50%).

Para inserção do agronegócio brasileiro nas cadeias globais de valor, 73% dos entrevistados acreditam que é preciso investir mais em promoção comercial do país, 63% defenderam investimentos em pesquisas agropecuárias e 58% maior sinergia entre agentes públicos e privados.

No âmbito da percepção com o que contribui para a inovação e competitividade das empresas, foram destaque também o fator humano (70%) e as tecnologias 4.0 (63%). Os fatores organizacionais (54%) e ambientais (49%) apareceram na sequência.

A pesquisa apontou, ainda, que no relacionamento entre empresas consolidadas e startups, a maior competitividade do agronegócio tende a ser atingida por meio de programas pilotos ou provas de conceito, seguidos de parceria comercial.

Dentro da tecnologia 4.0, foram indicados como complicadores da adoção, além da infraestrutura de telecomunicações, a integração de sistemas, apontada como extremamente necessária por 75% dos entrevistados.

Segundo o presidente do comitê da Abag, João Comério, é preciso amplificar os resultados obtidos pelo Brasil nos últimos anos em termos de avanço produtivo e competitividade, para que o país assuma posição de liderança no fornecimento de alimentos, fibras e energia a outras nações.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/12/2020

EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR CAMINHAM PARA NOVO RECORDE EM 2020/21

Conab confirma que volume chegou a 23,7 milhões de toneladas de abril a novembro, 79,2% mais que no mesmo período de 2019/20

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

As exportações de açúcar somaram 23,7 milhões de toneladas nos oito primeiros meses desta safra 2020/21 (abril a novembro), 79,2% mais que no mesmo período de 2019/20. Em relação a todo o ciclo passado, o volume já foi 25% maior, segundo dados divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em seu terceiro levantamento sobre a temporada atual.

Segundo a estatal, nesse ritmo a expectativa é que seja superado o recorde de 2016/17, quando o embarques brasileiros alcançaram 28,3 milhões de toneladas.

Já as vendas externas de etanol tiveram aumento de 49,2% de abril a novembro, para 2,2 bilhões de litros. A importação, por sua vez, recuaram 65,1%, para 306 milhões de litros.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/12/2020

MPF ACUSA GOVERNO DE ALICIAR INDÍGENA POR FERROGRÃO

Procuradores alegam violação da convenção da OIT que determina consulta a povos nativos e tradicionais em caso impacto por obras em suas terras

Por Daniel Rittner — De Brasília

O Ministério Público Federal (MPF) acusa a equipe do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), responsável pelas concessões federais, de “aliciamento ilegal” de uma liderança indígena na suposta tentativa de avançar “de modo fraudulento” no processo de licenciamento ambiental da Ferrogrão, sem anuência de toda a etnia munduruku potencialmente afetada pela ferrovia.

Com investimento superior a R\$ 8 bilhões e 933 quilômetros de extensão, entre Sinop (MT) e Itaituba (PA), a Ferrogrão é dos grandes projetos na carteira do governo para leilão em 2021. Os estudos de viabilidade técnica e econômica já foram enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU). Enquanto isso, o PPI tem dado apoio ao licenciamento, que inclui a avaliação de possíveis impactos para comunidades indígenas. Essa parte dos estudos de impacto ambiental é chamada de “componente indígena”.

Confira a matéria na íntegra: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/12/16/mpf-acusa-governo-de-aliciar-indigena-por-ferrograo.ghtml>

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/12/2020

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA COSAN SERÁ CONCLUÍDA NO 1º TRI, DIZ PRESIDENTE

Pandemia de covid-19 e seus efeitos na economia não mudaram os planos da companhia

Por Stella Fontes e Ivo Ribeiro, Valor — São Paulo

A pandemia de covid-19 e seus efeitos na economia não mudaram os planos da Cosan, que encerra 2020 com grandes projetos em curso e a perspectiva de que o próximo ano será positivo para o país e para os negócios.

Um dos passos mais relevantes é a conclusão da reorganização societária com simplificação da estrutura do grupo. Além disso, são apontados o início das operações no trecho central da ferrovia Norte-Sul, a abertura de capital da Compass — se as condições de mercado estiverem adequadas — e a etapa de ofertas vinculantes pelas refinarias da Petrobras no Sul do país.



[https://s2.glbimg.com/zPhNSmm0NLBfQHZ4EpRCBCk0794=/0x0:2322x1449/984x0/smart/filters:trip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2cae4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/6/O/eYhkikSsmSMqjbYfxRqA/foto22emp-101-cosan-b4.jpg](https://s2.glbimg.com/zPhNSmm0NLBfQHZ4EpRCBCk0794=/0x0:2322x1449/984x0/smart/filters:trip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2cae4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/6/O/eYhkikSsmSMqjbYfxRqA/foto22emp-101-cosan-b4.jpg)

Presidente da Cosan, Luis Henrique Guimarães — Foto: Sílvia Costanti/Valor

“2021 vai ser um bom ano. O Brasil tem boas condições com a aprovação das reformas administrativa e tributária”, disse ao Valor, em entrevista hoje, o presidente da Cosan, Luis

Henrique Guimarães.

No terreno dos grandes projetos de curto prazo, o grupo espera que a desclassificação da oferta da Compass, empresa de gás e energia constituída há menos de um ano, pela Gaspetro seja revista pela Petrobras e órgãos reguladores. E já avalia a expansão da capacidade produtiva de biogás, que ampliou o portfólio de energias renováveis da Raízen Energia.

A reorganização societária da Cosan, um dos movimentos mais aguardados pelo mercado, pode ser concluída ainda no primeiro trimestre. Com a eliminação das holdings Cosan Limited (CZZ) e Cosan Logística (RLOG), o grupo passará a ter uma única holding, a “nova Cosan (CSAN)”, sob a qual estarão as quatro empresas operacionais, todas listadas em bolsa em algum momento: Compass, Raízen, Rumo e Moove. A listagem de Raízen e Moove dependerá de acordos com as sócias Shell e CVC Capital Partners, respectivamente.

O grupo informou nesta quinta-feira que as relações de troca de ações, propostas por comitês independentes, foram aprovadas e as assembleias de acionistas que vão deliberar sobre a operação devem ser convocadas nos próximos dias.

Na Raízen Combustíveis, operação que mais sofreu com a crise sanitária da covid-19, o volume de vendas mostrou forte recuperação no terceiro trimestre e o ciclo Otto (gasolina e etanol), que ainda sentiu esses impactos, já está muito perto de alcançar os níveis pré-pandemia. O segmento de querone de aviação ainda permanece com demanda comprometida.

Na Rumo, uma das principais conquistas foi a renovação antecipada da Malha Paulista, ferrovia que liga o Centro-Oeste ao Porto de Santos e é essencial para o escoamento da produção de grãos, por mais 30 anos. A concessionária de ferrovias e terminais portuários da Cosan acaba de anunciar que vai emitir R\$ 1 bilhão em debêntures para investir na controlada, em um projeto que vai dobrar a capacidade de transporte de grãos.

Na malha central da Norte-Sul, os primeiros trens começarão a rodar em janeiro, com antecipação de seis meses frente ao cronograma original. Diante da elevação da capacidade de transporte, o passo seguinte, de acordo com Guimarães, deve passar pela eliminação de gargalos no Porto de Santos.

Segundo o executivo, alguns movimentos já foram feitos e, no fim de novembro, a Rumo e a DP World assinaram um memorando de entendimento para estudar a instalação de um novo complexo para exportação de grãos e importação de fertilizantes na margem esquerda do porto.

Do lado do governo, o executivo destaca como ponto positivo os estudos em andamento para privatização do porto santista. “Há um alinhamento dos astros que fará as coisas acontecerem”, disse Guimarães.

O grupo Cosan, um dos maiores conglomerados empresariais do país, teve receita líquida consolidada de R\$ 52,7 de janeiro a setembro deste ano.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/12/2020



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES EMPACA E MAIORIA DOS LEILÕES PREVISTOS PARA 2020 VIRA PROMESSA PARA 2021

Lista de projetos adiados inclui, além da venda de estatais, o leilão do 5G, aeroportos, rodovias, ferrovias e parques. Nova meta do Ministério da Economia é realizar 9 privatizações em 2021.

Por Darlan Alvarenga, G1

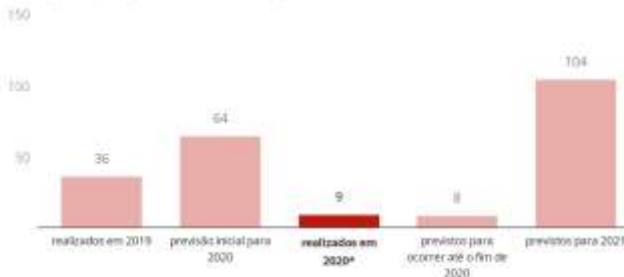
A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, teve grande dificuldade para avançar em 2020 com o programa federal de privatizações. Em dois anos de governo, nenhuma estatal de controle direto da União foi vendida e muitos dos leilões de concessão ou de parceria com a iniciativa privada previstos para o ano foram adiados ou cancelados.

Em novembro, Guedes admitiu estar "bastante frustrado" por ainda não ter conseguido vender uma estatal. Na ocasião, ele afirmou que "acordos políticos" no Congresso têm impedido as privatizações.

Em 2020, apenas 9 projetos federais da carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foram anunciados como concluídos. Em janeiro, o governo previa leiloar ao menos 64 projetos.

Leilões realizados e previstos

Evolução dos projetos federais do Programa de Parcerias de Investimentos



* até 16 de dezembro

Fonte: G1, a partir de dados do PPI

O governo ainda conta com a conclusão de mais 8 projetos até o final do ano, incluindo o leilão de 11 lotes de linha de transmissão de energia marcado para esta quinta-feira (17). Ainda assim, o número total no ano não será nem a metade do registrado em 2019, quando foram realizados 36 leilões. Veja no gráfico abaixo:

[https://s2.glbimg.com/IOJiDzeB_HL8PyXxNkd9V8_DcnE=/0x0:1340x894/1008x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/1/m/GPGnAKQAum5CJ9rFD9gQ/yqj9s-leil-es-](https://s2.glbimg.com/IOJiDzeB_HL8PyXxNkd9V8_DcnE=/0x0:1340x894/1008x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/1/m/GPGnAKQAum5CJ9rFD9gQ/yqj9s-leil-es-)

[realizados-e-previstos.png](#)

"O ano de 2020 foi de frustração porque existia uma expectativa – mais do governo até do que do próprio mercado. Eu diria que houve uma inabilidade, inaptidão e falta de capacidade mesmo dos principais atores do governo para tocar essa agenda", afirma o economista Fernando Camargo, sócio-diretor da LCA Consultores.

A lista de promessas frustradas no ano inclui, entre outros, o leilão do 5G (tecnologia que promete conexões ultra-rápidas de internet e que vem sendo alvo de disputas entre EUA e China), 22 aeroportos, 6 rodovias, 3 parques, 2 ferrovias e a venda de estatais como Eletrobras, Casa da Moeda e Ceagesp.

Quando assumiu o cargo, Guedes estimou que a privatização das estatais poderia render mais de R\$ 1 trilhão para os cofres públicos – valor considerado superestimado pelos analistas.

Mesmo após o choque trazido pela pandemia do novo coronavírus, Guedes pretendia fazer ao menos quatro grandes privatizações em 2020: Eletrobras, Correios, Porto de Santos e Pré-Sal Petróleo S.A. Em agosto, afirmou que o governo anunciaria "três ou quatro grandes privatizações" em até dois meses.

Nenhuma estatal de controle direto da União, no entanto, foi vendida até o momento. Além disso, o presidente Jair Bolsonaro decidiu se posicionar contra a privatização de empresas federais incluídas no PPI, como Casa da Moeda e Ceagesp.

O programa de privatizações do governo prevê a venda de estatais, além de projetos de concessão, arrendamento e outros modelos de parceria em diferentes áreas como transportes, defesa, óleo e gás, energia, mineração e até parques nacionais e florestas.

Ao todo, são mais de 200 ativos federais atualmente na carteira em diferentes áreas como transportes, defesa, óleo e gás, energia, mineração e até parques nacionais e florestas, além do apoio a projetos subnacionais (municipais e estaduais) em saneamento, resíduos sólidos, iluminação pública e gás natural.

A nova meta da equipe econômica é realizar 104 leilões em 2021, incluindo 9 privatizações, entre as quais Eletrobras e Correios, além de 25 projetos de estados e prefeituras. Se os projetos saírem do papel, a expectativa é que resultem em mais de R\$ 371 bilhões em investimentos ao longo dos anos de contrato. Veja no quadro abaixo:



Leilões/projetos do PPI previstos para 2021

2021 (129 ativos) – R\$ 371,3 bilhões de Investimentos Esperados

Terminais Portuários (28)	Aeroportos – 8ª rodada (24)	Desestatização (8)	Subnacionais (25)
• 4 em Mazoú/AL • 2 em Fortaleza/CE • 2 em Santos/SP • 2 em Paranaguá/PR • 1 em Santa Cruz/PA • 1 em Suape/PE • 2 em Vila do Conde/PA • 1 em Araxá/BA • 4 em Itajaí/SC • 1 em Feltre/RS	22 aeroportos em 3 blocos • Bloco Norte • Bloco Sul • Bloco Central 2 aeroportos • Vitória – Campanas (SP) • São Gonçalo do Amarante – Natal (RN)	• Eletrobras • CISA/AMAS • NUCLEP • TRINDADE • CERN/MS • CODESA • ABDF • EAGEA • CODESA	4 Concessões de Resíduos Sólidos Urbanos • Comércio/Caravelas (CE) • Teresopolis • Casimiro de Barros/MG • 22mar • Raura (SP) 1 Concessão dos serviços de resíduos sólidos urbanos, água e esgotamento sanitário • Ilha São João (GO) 4 concessões de distribuição de água e esgotamento sanitário • Estado do Acre • Estado do Amapá • Porto Alegre (RS) • Estado do Rio de Janeiro 4 Concessões dos serviços de esgotamento sanitário • São Gonçalo do Amarante (RN) • Estado do Rio Grande do Sul • Estado do Ceará • Ceará (CE)
Rodovias (8)	Terminais Pesqueiros (8)	Desenvolvimento Regional (1)	Mobilidade Urbana (1)
• BR-116/405/101 (SP/RJ) – Dutra • BR-381/252 (MG/ES) • BR-116/405 (RJ/MG) – CRT • Rodovias Integradas do Paraná • BR-153/280/124 (GO/TO) • BR-163/230 (MT/PA)	• Cabedelo (RN) – Jilvan • Aracaju (SE) • Santos (SP) • Cananéia (SP)	• Arapongas (PR) – Jilvan • Maranhão (AM) • Natal (RN) • Vitória (ES)	• Linha 2 do metrô BR
Ferrovias (3)	Parques e Florestas (6)	Mobilidade Urbana (1)	Telecomunicação (1)
• Ferroviária • Renovação MMS • FOL (BA)	• União Maranhense (MA) • Arroyos (CE) • Iguaçu (PR) • Camé (RS) • São Francisco de Paula (RS) • Maracá (AM)	• Linha 2 do metrô BR	• SG
Energia Elétrica (2)	Óleo e Gás (2)	Defesa e Segurança (2)	
• 2 leilões de Instalação de Transmissão • Leilão de Geração de Energia (Suprimentos de sistemas isolados)	• 2 Blocos de Excedentes da Cessão Onerosa (Sépio e Alago) • 17ª Rodada de Concessão de Blocos – IT/Ind	• RPF do Ceará • RPF de Concessão ao exército	

[https://s2.glbimg.com/III_RN5IXp7no_si_5VyVBBHnrw=/0x0:1434x788/1008x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/ATH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/4V/O4JHQtmmsfS5DORCVA/ppi.png](https://s2.glbimg.com/III_RN5IXp7no_si_5VyVBBHnrw=/0x0:1434x788/1008x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/ATH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/4V/O4JHQtmmsfS5DORCVA/ppi.png)

No dia 11 de dezembro, o Ministério da Economia anunciou também um programa para acelerar a venda

de imóveis da União e tentar levantar R\$ 110 bilhões até 2022. No início do ano, Guedes havia dito que o governo poderia vender R\$ 1 trilhão em imóveis para abater dívida.

O ministro continua defendendo a desestatização como medida para baixar a dívida pública e, com isso, economizar no pagamento de juros, que somam de R\$ 300 bilhões a R\$ 400 bilhões por ano.

Segundo dados do Tesouro Nacional, o governo detém 46 empresas estatais de controle direto e 160 de controle indireto – a maioria delas subsidiárias da Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil.

O que saiu do papel em 2020

No ano, até o momento, foram considerados concluídos apenas 9 projetos da carteira do programa de desestatizações. São eles:

- 1 ferrovia (renovação da concessão da Rumo-Malha Paulista)
- 1 rodovia (concessão da BR-101/SC)
- 2 terminais portuários (arrendamentos de áreas em Santos)
- 1 óleo e gás (2º Ciclo de Oferta Permanente de áreas de exploração)
- 1 mineração (1ª Rodada da Disponibilidade de Áreas)
- 2 liquidações de empresa pública (Companhia de Armazéns e Sios do Estado de Minas Gerais-CASEMG e Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR)
- 1 autorização de dissolução societária (início da desestatização da Ceitec)

Embora inicialmente a intenção fosse vender Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada), o governo publicou no dia 15 de dezembro decreto autorizando a dissolução societária da estatal que atua na área da indústria de microeletrônica. Na prática, a medida dá início ao processo de liquidação da Ceitec, após conclusão de que não haveria interesse de mercado pela empresa.

“Entre 2010 e 2018, o Tesouro Nacional precisou repassar cerca de R\$ 600 milhões ao Ceitec a fim de cobrir os seus custos. Mesmo com o recebimento de recursos públicos, a companhia registrou prejuízo acumulado, no mesmo período, de R\$ 160 milhões”, informou o PPI, em comunicado em seu site com o título “Desestatizações Avançam!”.

No dia 15, foram recebidas propostas de seis grupos interessados na concessão dos Parque Nacional de Aparados da Serra (RS) e do Parque Nacional da Serra Geral (SC). A disputa, porém, só deverá ser concluída no dia 11 de janeiro, quando serão conhecidas as propostas econômicas.



[https://s2.glbimg.com/PVzYjL28vRMTypXQSGKySWhjSno=/0x0:1280x904/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/q/9/K6LRxVSnOHc4tuBMLt3g/leilao3.jpg](https://s2.glbimg.com/PVzYjL28vRMTypXQSGKySWhjSno=/0x0:1280x904/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/q/9/K6LRxVSnOHc4tuBMLt3g/leilao3.jpg)
Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, durante leilões de áreas do Porto de Santos, em agosto. — Foto: Divulgação/Ministério da Infraestrutura

O que o governo prevê realizar até o fim de

2020

- 3 ferrovias (renovações da EFVM e EFC, e projeto da Ferrovia de Integração Centro-Oeste - FICO)
- 4 terminais portuários (arrendamentos de áreas em Paranaguá/PR, Maceió/AL e em Aratu/BA)
- 1 leilão de energia (11 lotes de linha de transmissão)

Caso todos esses projetos sejam concluídos até o final do ano, a estimativa do PPI é que o programa de privatizações e concessões feche o ano com a contratação de cerca de R\$ 39 bilhões em investimentos e uma arrecadação de R\$ 4,7 bilhões, considerando também os projetos subnacionais.

Em 2019, 1º ano do governo Bolsonaro, os 36 leilões de realizados no âmbito do PPI – a maioria deles estruturado ainda no governo de Michel Temer – garantiram investimentos da ordem de R\$ 446,2 bilhões e uma arrecadação de R\$ 90,7 bilhões aos cofres públicos.

O que foi adiado ou cancelado

Levantamento do G1 a partir dos cronogramas divulgados pelo PPI mostra que, dos 64 projetos que estavam previstos no começo do ano para saírem do papel em 2020, ao menos 50 foram adiados e 5 tiveram o andamento suspenso ou cancelado.

Entre os leilões de infraestrutura que foram adiados para 2021 estão o do 5G, rodovias BR-153/080/414/GO/TO, BR-163/230/MT/PA, Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e 22 aeroportos divididos em 3 blocos regionais.

Dois leilões de geração de energia também foram suspensos em razão da pandemia de coronavírus.

O leilão do terminal de passageiros de Mucuri (CE) foi abortado e segue sem novo cronograma em razão do abalo da crise da Covid-19 no setor de turismo e, por extensão, na atratividade do projeto.

Ao longo do ano, o governo também desistiu de buscar um sócio privado para a conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3, paralisadas há anos.

A privatização da Casa da Moeda foi em definitivo para a gaveta. Em setembro, Bolsonaro anunciou que a estatal não será mais privatizada no seu governo, tendo em vista informações que teve de outros países que "a privatizaram e depois voltaram atrás".

Em outubro, o governo também recuou e decidiu revogar em menos de 24 horas um decreto que autorizava o Ministério da Economia a realizar estudos sobre a inclusão das unidades básicas de saúde (UBSs) no programa de privatizações.

Outro revés no programa de privatizações foi a decisão do consórcio vencedor do leilão da Lotex de se retirar do processo de concessão, após ter pedidos não atendidos pela Caixa Econômica Federal

e pelo governo. A Lotex foi a primeira concessão federal no setor de loterias e era tratada como um teste para uma maior abertura do mercado de jogos.

Já o projeto de privatização da Ceagesp, inicialmente previsto para ser concluído em 2020, foi retirado dos cronogramas e apresentações divulgadas pelo PPI. No dia 15, Bolsonaro afirmou que não vai deixar que "ratos sucateiem" e "privatizem" a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.

O G1 procurou o Ministério da Economia e solicitou esclarecimentos sobre o status e futuro da Ceagesp no PPI. A pasta respondeu que "não vai se manifestar sobre o assunto".

Agenda de privatização tem avanços nos estados

Entre os destaques do ano, estão projetos de desestatização estaduais e municipais nas áreas de iluminação pública, saneamento básico e distribuição de energia.

Na esfera municipal, foram realizados 9 leilões de iluminação pública com o apoio do PPI, com previsão de R\$ 1,29 bilhão em investimentos.

Em outubro, a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto da região metropolitana de Maceió rendeu um pagamento de R\$ 2 bilhões em outorga. Já a concessão de esgotamento sanitário dos municípios de Cariacica e Viana, no Espírito Santo, garantiu R\$ 580 milhões em investimentos.

No dia 4 de dezembro, a privatização da CEB Distribuição – braço da Companhia Energética de Brasília, marcou a retomada no país dos leilões de venda de estatais do setor de energia após 2 anos sem avanços e de impasses sobre a venda da Eletrobras. A empresa foi vendida por R\$ 2,51 bilhões, 76,63% acima do valor mínimo fixado pelo edital.

Para 2021, são esperadas as privatizações das empresas estaduais CEA (Amapá), CEEE-D e CEEE-GT (Rio Grande do Sul), MSGás, Sulgás, além das concessões de companhias estaduais de saneamento no Rio de Janeiro, Acre e Porto Alegre, cujos processos estão sendo estruturados sob a coordenação do BNDES.

"Para a maioria dos estados, essa é uma pauta que está andando melhor, que depende de menos costura política. Tá pintando um caminho de privatização para Cedae no Rio de Janeiro e acho que isso pode acontecer também com as elétricas Cemig e CEEE", avalia Camargo.

Expectativas e desafios

Apesar dos adiamentos de diversos leilões e das incertezas em torno da venda de estatais, os analistas destacam que a agenda de concessões e parcerias público-privado segue com boas perspectivas, com ampliação do número de projetos em estruturação e de áreas a caminho de uma maior abertura de mercado.

Para o advogado Alberto Sogayar, sócio da área de infraestrutura do L.O Baptista Advogados, a consequência positiva da frustração de expectativas em 2020 é que o mercado de infraestrutura tende a ficar "aquecido a partir do ano que vem".

"O represamento desses investimentos gera a expectativa de que haverá grande esforço deste governo para que eles ocorram no próximo biênio (21/22)", avalia. "Há grande expectativa na privatização ainda em 2021, dos grandes ativos, tais como Eletrobras, Nuclep, Ceagesp, Correios, Telebras, CBTU e Trensurb", acrescenta.

A privatização mais aguardada continua sendo a da Eletrobras, que é avaliada em cerca de R\$ 60 bilhões. Mas, como os Correios, também depende de aprovação de projeto no Congresso Nacional para ter seu controle transferido para o setor privado.

"Acho difícil que a privatização da Eletrobras aconteça em 2021 por conta da tramitação da atualização legislativa no Congresso. Dependerá muito da capacidade do governo em impulsionar essa agenda no Congresso", afirma o especialista em infraestrutura Fernando Vernalha, sócio do escritório VGP Advogados.

Na área de concessões, as maiores e mais aguardadas são o leilão do 5G, ainda envolto por dúvidas sobre eventual restrição para a tecnologia chinesa, a relicitação da rodovia Dutra, o leilão de mais 22 aeroportos, marcado para março de 2021, e a concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), prevista para abril.

Em meio à perspectiva de recuperação lenta da economia em 2021 e de uma necessidade cada vez maior de fontes extras de recursos e de medidas para o reequilíbrio das contas públicas, a avaliação do mercado é que a agenda de privatizações possa enfrentar menor resistência.

A taxa de investimento em percentual do PIB (produto Interno Bruto) vem registrando sucessivas quedas nos últimos anos e encerrou o 3º trimestre em 16,2%. Em 2013, chegou a superar 21% do PIB. Já são 7 anos seguidos de déficit fiscal, ou seja, com as despesas do governo superando as receitas de impostos e contribuições, o que tem feito o país ficar mais dependente do setor privado para garantir uma retomada dos investimentos.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data : 17/12/2020

ANTT APROVA EDITAL DE CONCESSÃO DA FERROVIA OESTE-LESTE, COM PREVISÃO DE LEILÃO EM ABRIL

Edital deve ser publicado no 'Diário Oficial da União' desta quarta. Primeiro trecho da Fiol tem 537 quilômetros entre Ilhéus e Caetité, na Bahia, e está sendo construído pela Valec.

Por Laís Lis, G1 — Brasília

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou nesta terça-feira (15) o edital de concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) no trecho que vai de Ilhéus (BA) a Caetité (BA).

O leilão está previsto para o dia 8 de abril de 2021. O edital deve ser publicado no "Diário Oficial da União" desta quarta (16).

Esse é o trecho inicial da Fiol, pensado para auxiliar o escoamento da produção de minério de ferro do interior baiano por meio do porto que será construído em Ilhéus. O trecho já está sendo construído pela Valec, estatal ferroviária. De acordo com informações disponíveis na Valec, 75% das obras físicas da ferrovia já estão concluídas.

Segundo a ANTT, vence o leilão quem ofertar o maior valor de outorga – o dinheiro será repassado à União.

O trecho que será concedido tem 537 quilômetros. A previsão é que, futuramente, também sejam concedidos os trechos entre Caetité (BA) e Barreiras (BA) e, em seguida, entre Barreiras (BA) e Figueirópolis (TO).

O prazo de concessão é de 35 anos, considerando o período de construção e operação da ferrovia.

A ANTT estima que a ferrovia exigirá R\$ 5 bilhões em investimentos, a maior parte nos primeiros anos de contrato com conclusão de obras.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data : 16/12/2020

VALE APROVA PRORROGAÇÃO POR 30 ANOS DE CONCESSÕES FERROVIÁRIAS E PREVÊ COMPROMISSOS DE R\$ 24,7 BILHÕES

Desse total, R\$ 11,8 bilhões correspondem a pagamento de outorga. Com a renovação, governo busca garantir novos investimentos em contrapartida, como a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico).

Por G1

A mineradora Vale informou nesta quarta-feira (16) que seu conselho de administração aprovou termos aditivos para a prorrogação antecipada dos contratos de concessão de suas ferrovias Estrada de Ferro Carajás (EFC) e Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) a partir do vencimento dos atuais contratos, em 2027.

Segundo a empresa, os documentos da prorrogação por 30 anos das concessões serão assinados nos próximos dias com o governo.

Pelos termos do contrato, a companhia assumirá compromissos totais estimados em R\$ 24,7 bilhões a serem executados até 2057 em troca da renovação, informou a empresa.

Do total em obrigações envolvidas na prorrogação, R\$ 11,8 bilhões correspondem a pagamento de outorga ao governo federal.

Os contratos atuais da ferrovia Estrada de Ferro Carajás, que passa por Pará e Maranhão, e da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que conecta as capitais de Espírito Santo e Minas Gerais, têm validade até 2027.



[https://s2.glbimg.com/YRV1vQgL2FKhxlz5TmV_34Uj0oA=/0x0:1068x712/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2018/x/2/Bul3qpTmWeYoEVek4huQ/agenciapara-1121539a-0235-40c8-a70f-a8b6bb476196.jpg](https://s2.glbimg.com/YRV1vQgL2FKhxlz5TmV_34Uj0oA=/0x0:1068x712/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2018/x/2/Bul3qpTmWeYoEVek4huQ/agenciapara-1121539a-0235-40c8-a70f-a8b6bb476196.jpg)

Ferrovia de Carajás, em imagem de 2018 — Foto: Agência Pará

Destino do dinheiro

Foram cinco anos de negociação. A Vale formalizou o pedido de prorrogação antecipada das concessões em dezembro de 2015. A renovação antecipada da concessão foi autorizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em julho.

Com a renovação antecipada, o governo busca garantir novos investimentos em contrapartida. Pelos termos do acordo com o governo, uma fatia de R\$ 8,7 bilhões do valor total da outorga será destinada para a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO).

A Vale será responsável pela implantação da infraestrutura e superestrutura ferroviária do trecho EF-354, compreendido entre os municípios de Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT), com cerca de 383 km de extensão. A previsão é concluir a obra em 6 anos.

Segundo a mineradora, outros R\$ 3,9 bilhões serão destinados para os demais compromissos, entre os quais a ampliação do serviço do trem de passageiro e obras de melhoria da segurança da malha. Os termos do contrato preveem ainda que R\$ 300 milhões serão usados na compra de trilhos e dormentes destinados à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).

ANTT aprova edital de concessão da FIOL, com previsão de leilão em abril

Segundo a Vale, a Fico e a Fiol vão se conectar à atual Ferrovia Norte-Sul, viabilizando a criação de corredores alternativos para o escoamento de grãos do Centro-Oeste brasileiro.

"As prorrogações antecipadas retiram uma grande incerteza sobre a perenidade de parte relevante de nossa cadeia de logística integrada", afirmou, em comunicado, o diretor-presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo.

A empresa informou que os desembolsos para as prorrogações antecipadas das concessões já vinham sendo considerados no planejamento de longo prazo e que compromissos não impactarão o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data : 16/12/2020

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

MPF APONTA TENTATIVA DE ALICIAMENTO DE INDÍGENA EM NEGOCIAÇÕES PARA FERROGRÃO

Ação pede que a Justiça proíba o governo de realizar atos, reuniões ou audiências que não respeitem o protocolo de 'consulta do povo'

Por Nayara Figueiredo

SÃO PAULO | REUTERS - O MPF (Ministério Público Federal) iniciou uma ação judicial contra o governo com a acusação de tentativa de aliciamento de um líder indígena durante o processo de negociação para o projeto da Ferrogrão, ferrovia considerada uma das principais apostas do Brasil para escoamento de commodities pela região Norte.

Segundo comunicado do MPF, divulgado na última sexta-feira (11), a ação pede que a Justiça proíba o governo de realizar atos, reuniões ou audiências que não respeitem o protocolo de "consulta do povo".

Isso porque, de acordo com a acusação, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos (SE-PPI), ligada ao Ministério da Economia, teria selecionado sem nenhum procedimento público um único indígena como "interlocutor dotado de representatividade para articular sobre os interesses do seu povo".



https://f.i.uol.com.br/fotografia/2017/09/30/150680970259d0176689728_1506809702_3x2_rt.jpg

Ferrovia Norte-Sul

Além da secretaria federal, a ação tem como réus a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Estação da Luz Participações (EDLP) -- que, segundo o MPF, trata-se de um consórcio que integra as tradings Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill, Louis Dreyfus Company (LDC) e Amaggi.

Entretanto, procuradas, a Cargill e a LDC disseram à agência de notícias Reuters que não integram este consórcio e, desta forma, desconhecem a referida ação.

Já a Amaggi afirmou que não deve se pronunciar individualmente, assim como em outras demandas referentes ao projeto da Ferrogrão, e disse que a "EDLP é a estruturadora que está apta a se manifestar a respeito".

ACUSAÇÃO

O Ministério Público disse que a expectativa da secretaria era apresentar o plano de trabalho dos estudos sobre impacto ambiental da ferrovia diretamente ao líder indígena Anderson Painhum ainda no início de dezembro.

No entanto, Painhum enviou uma nota pública ao MPF dizendo que foi pressionado para agendar a reunião e que em nenhum momento a entidade que representa, a Associação Pariri, aceitou participar do encontro.

"A Secretaria chegou a enviar ofício às lideranças indígenas do médio Tapajós solicitando um local para realizar a reunião e que na ocasião seria feita a pactuação do Plano de Consulta aos Munduruku do alto, médio e baixo Tapajós sobre a implantação do empreendimento", disse o comunicado do MPF.

Os Munduruku são um povo com cerca de 13 mil e 700 pessoas que habita territórios ao longo do curso do rio Tapajós, com organizações políticas próprias.

Para o MPF, a atitude dos representantes do governo é uma tentativa de aliciamento ilegal da liderança, por ignorar "a pluralidade do povo brasileiro e as especificidades do povo Munduruku, sem lastro em qualquer procedimento ao qual se tenha dado publicidade e sem a prévia participação da Fundação Nacional do Índio (Funai)".

Ainda de acordo com o ministério, houve tentativa do governo de "obter anuência de toda a etnia Munduruku em relação a medidas administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente", o que infringe a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), onde consta a garantia do direito de consulta prévia, livre e informada para povos indígenas e tradicionais afetados por medidas estatais ou privadas.

OUTRO LADO

A Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos esclareceu em nota que todo o contato realizado com indígenas no âmbito do processo de licenciamento da Ferrogrão foi realizado seguindo rigorosamente a legislação vigente, e buscou o agendamento de reunião para debater, com as comunidades potencialmente impactadas, o conteúdo do estudo a ser elaborado para o componente indígena da Ferrogrão.

Segundo a secretaria, os indígenas são ouvidos em três momentos diferentes durante o processo de licenciamento ambiental e, no caso do Ferrogrão, os diálogos foram suspensos em decorrência da pandemia da Covid-19.

"Não há que se falar em pressão para obter anuência para o empreendimento, tendo em vista que os estudos específicos da componente indígena de licenciamento ainda serão iniciados", afirmou, ressaltando que o órgão aguarda indicação dos índios sobre data e local de um encontro para que os trabalhos sejam retomados.

A Funai e o EDLP não responderam de imediato a um pedido de comentários.

Com mais de 900 quilômetros, a Ferrogrão foi projetada para levar produtos agrícolas do Centro-Oeste até os canais de exportação ao Norte do país, assim como seria importante modal para a importação de fertilizantes e derivados de petróleo.

A construção já foi motivo de impasse com indígenas, visto que em meados de outubro um representante da etnia Kayapó disse à Reuters que todos os índios eram contrários ao projeto por questões como falta de conhecimento sobre estudos ambientais.

Em novembro, a ANTT disse que a expectativa é que o edital da ferrovia seja publicado no primeiro trimestre do ano que vem.



AGÊNCIA BRASIL - DF

DOCAS DO RIO LANÇAM LICITAÇÃO PARA MODERNIZAR CAIS DA GAMBOA

Por Alana Gandra - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro



https://imagens.ebc.com.br/DSVFGLMXk8rQv2w7jPW/W6zWhrjM=/1170x700/smart/https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/thumbnails/image/cdrj_-_porto_do_rj_1.jpg?itok=PAjcd3lh

Obras devem ter início em 2021 ao custo de R\$ 195 milhões

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) iniciou o processo de licitação para ampliação e modernização do Cais da Gamboa, o mais antigo trecho do Porto do Rio de Janeiro, inaugurado em 1910. As obras envolvem investimentos da ordem de R\$ 195 milhões e serão iniciadas em 2021, com previsão de conclusão um ano após a contratação da empresa vencedora da concorrência. O edital de convocação pode ser encontrado no site da CDRJ.

As obras estruturais contemplarão uma faixa do Cais da Gamboa, com extensão de 600 metros entre os cabeços 100 e 124, e permitirão o aprofundamento de berços de atracação, viabilizando também operação com navios de maior porte.

Segundo o superintendente de Engenharia da CDRJ, Roberto Catalão, os estudos já realizados confirmam a viabilidade técnica, socioeconômica, financeira e ambiental dessa intervenção. Ele disse que a modernização “não vai modificar as condições atuais do meio ambiente e manterá as características básicas do cais existente”.

Catalão explicou que a estrutura desse trecho do Cais da Gamboa foi projetado e construído com as técnicas disponíveis à época, no começo do século 20, para um calado de cerca de nove metros. “Essa profundidade não atende mais à maioria dos navios modernos, que necessitam de pelo menos 13,5 metros”, disse, acrescentando que para que se possa aumentar esse calado operacional “é preciso modernizar as fundações e estruturas originais do cais, que não suportariam uma dragagem”.

Atratividade

O diretor de Gestão Portuária da CDRJ, Mario Povia, informou que após a execução das obras de modernização do cais, a companhia pretende efetuar a dragagem do trecho. “Para o desenvolvimento de novos negócios e melhoria das condições de atratividade do porto, é imperativo o aumento do calado operacional dessa área, que passará a receber navios de maior porte, permitindo a otimização do uso de uma infraestrutura que é fundamental para o Porto do Rio de Janeiro”.

Com a dragagem, Povia disse que o Porto poderá captar novas cargas e novas linhas de navegação, “dando lastro a outras conquistas do cluster portuário, como a instalação do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS), a introdução do calado dinâmico e a navegação noturna no canal de acesso, reduzindo os custos operacionais em razão de um significativo aumento de eficiência”. Um cluster portuário consiste em todas as atividades relacionadas à chegada de navios e de cargas na região do porto.

Na avaliação do superintendente de Gestão Portuária do Rio de Janeiro e Niterói, Leandro Lima, esse trecho do Cais da Gamboa tem grande vocação para movimentar diversos tipos de carga geral e granéis, como trigo, ferro gusa, concentrado de zinco, cargas de apoio às atividades offshore, entre outros.

“Com a modernização do cais e o aprofundamento do acesso aquaviário, esse mix de cargas será mais variado e rentável, podendo até duplicar a demanda”, disse Lima.

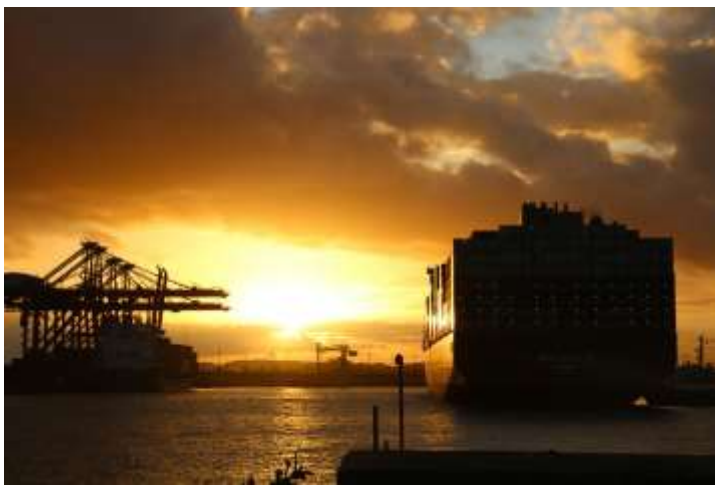
Edição: Fernando Fraga
Fonte: Agência Brasil - DF
Data : 16/12/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

RELATÓRIO APONTA CRISE ECONÔMICA, MEIO AMBIENTE E ATAQUES CIBERNÉTICOS COMO PRINCIPAIS TEMORES DO SETOR MARÍTIMO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 17 Dezembro 2020



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200816--navio-porta-container-porto-de-suape-porteiner.jpg>
Arquivo/Divulgação

Pesquisa internacional com executivos de nível sênior do setor sobre o pós-pandemia revela que 93% veem como principal preocupação do setor para próximos 10 anos o risco de uma crise econômica global se instalar.

Uma pesquisa internacional aponta que, para 93% dos executivos de nível sênior da indústria marítima, a principal preocupação

do setor no cenário pós-pandemia, num horizonte de 10 anos, está relacionada ao potencial do impacto e a probabilidade de uma crise econômica global se instalar. O estudo, desenvolvido pela consultoria de riscos e corretora de seguros Marsh, revela ainda que, assim como em outros anos, 2020 foi marcado pela preocupação com questões relacionadas ao meio ambiente e a ataques cibernéticos.

Entre os entrevistados, 73% demonstraram receio que a pandemia possa acentuar ainda mais uma tensão geopolítica, principalmente entre as principais potências econômicas: Estados Unidos e China. A pesquisa integra o relatório Global Maritime Issues Monitor 2020, produzido pela Marsh em parceria com o Fórum Marítimo Global e com a União Internacional de Seguros Marítimos (IUMI). Os executivos ouvidos na pesquisa acreditam que outras mudanças podem ocorrer nos modelos comerciais e nos negócios. Para 72% deles, é mais provável uma forte regionalização dos negócios com o aumento da produção interna de bens essenciais, e como consequência, uma dependência menor da China.

pesquisa-marsh.jpgAs coletas e as análises dos dados ocorreram de abril a agosto deste ano. Dos participantes, 54% são executivos-chefes e 49% são armadores/operadores com idades entre 25 a 65 anos (91% são homens e 9% mulheres). Durante as entrevistas, os profissionais citaram quais são as suas principais preocupações relacionadas à pandemia e outras implicações para o comércio marítimo nos próximos 10 anos pós-pandemia.

O levantamento Global Maritime Issues Monitor 2020 mostra que a pandemia pode impactar também em outras questões relacionadas aos negócios marítimos: 48% citou temas relacionados a sustentabilidade; 46% falha na governança; 45% dificuldades para acessar financiamentos; 42% futuras pandemias; 40% falha na mitigação e adaptação às mudanças climáticas; 35% novas regulamentações ambientais; e 30% ataques cibernéticos e roubo de dados.

O relatório analisa os principais problemas globais identificados pelos entrevistados em termos de probabilidade, impacto e preparação, e como os impactos da pandemia vão interagir com outras questões importantes para o setor marítimo ao longo do tempo. “Dada a natureza global da indústria marítima, identificamos que uma das maiores preocupações dos executivos do setor é a probabilidade de uma crise financeira global nos próximos 10 anos”, comentou o diretor de portos e terminais da Marsh Brasil, Paulo Guerreiro.

A percepção, segundo Guerreiro, é que esses líderes parecem preocupados que uma crise econômica global reduza a capacidade do setor em fazer os investimentos necessários para descarbonizar. “Ao mesmo tempo, eles sentem que a pandemia aumentará a pressão para tornar seus negócios mais sustentáveis e resilientes”, acrescentou o diretor da Marsh.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/12/2020

MINFRA ESTUDA POSSIBILIDADE DE SUBSÍDIO PARA EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS

Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 17 Dezembro 2020

Embarcações de passageiros são em sua maioria de madeira podendo apresentar mais riscos à segurança.

O transporte aquaviário de passageiros é fundamental para a mobilidade nas regiões do Norte do país. No entanto, a maioria das embarcações deste segmento são construções em madeira sob responsabilidade de empresas familiares. Embora embarcações desse tipo estejam previstas pelas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM), elas são mais frágeis e mais propensas a acidentes. Desse modo, o Ministério da Infraestrutura afirmou que vem estudando formas de financiar embarcações de passageiros para torná-las mais seguras.

De acordo com a pasta, um dos caminhos considerados poderia ser o financiamento subsidiado, com benefícios semelhantes dos bancos, ou maiores, com os fundos constitucionais, ou no modelo das contas vinculadas. Entretanto, o ministério frisou que por se tratar de subsídio, a questão deverá ainda ser partilhada com os demais segmentos do executivo.

O diretor comercial do Estaleiro Rio Maguari e conselheiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM), Fabio Vasconcellos, afirmou que a procura no estaleiro por embarcação de passageiros é praticamente inexistente. Isso porque, segundo ele, este é um mercado extremamente diluído, formado principalmente por pequenas empresas familiares e que não possuem estrutura para cumprir as exigências de qualquer tipo de financiamento tradicional. Para ele, a solução não é simples porque necessariamente deverá incluir algum tipo de subsídio, cuja aplicação e controle não são fáceis.

Já a procura por embarcações fluviais voltadas para o transporte de cargas na região é grande. Vasconcellos afirmou que o número de embarcações desse tipo financiadas com recursos do FMM é o maior comparativamente com todos os demais segmentos da navegação. “Há atualmente dezenas de embarcações em construção para a movimentação e o transporte de grãos no estaleiro com vistas ao escoamento pelo Arco Norte”, disse.

A Marinha do Brasil ressaltou que a NORMAM 02 estabelece requisitos de construção necessários para a segurança da embarcação, não sendo diferente para aquelas feitas em madeira. Assim, estas também devem atender as condições mínimas de segurança como, por exemplo, requisitos de flutuabilidade e, principalmente, as questões relacionadas à segurança. Segundo a autoridade marítima, isso é de responsabilidade do proprietário.

Mas para garantir a segurança, a Marinha afirmou que a atividade de inspeção naval vem sendo realizada diuturnamente, para coibir a operação de embarcações que possam vir a trazer riscos à

navegação. Caso seja constatado que apresenta riscos à salvaguarda da vida humana, ela é impedida de navegar até que sejam sanadas irregularidades.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/12/2020

PRORROGAÇÃO ANTECIPADA DAS FERROVIAS DA VALE É APROVADA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Dezembro 2020

Os compromissos, que somam R\$ 24,7 bilhões, vão ajudar a aumentar a segurança das malhas da EFC e da EFVM, melhorando a qualidade de vida de centenas de comunidades, e a incrementar o agronegócio

O Conselho de Administração da Vale aprovou nesta terça-feira (16) os termos aditivos dos contratos de prorrogação antecipada da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). A prorrogação vale por mais 30 anos a contar de 2027, quando vencem os atuais contratos. Os documentos serão assinados nos próximos dias. Estão previstos compromissos de R\$ 24,7 bilhões, a serem aplicados já partir do próximo ano.

Do total, R\$ 11,8 bilhões referem-se ao pagamento da outorga pelas duas ferrovias; R\$ 8,7 bilhões, para a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e R\$ 3,9 bilhões para os demais compromissos, entre os quais a ampliação do serviço do Trem de Passageiro e obras de melhoria da segurança da malha, que vão beneficiar centenas de comunidades distribuídas ao longo das duas ferrovias. Do valor da outorga, R\$ 300 milhões serão usados na compra de trilhos e dormentes destinados à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol).

A Fico e a Fiol vão se conectar à atual Ferrovia Norte-Sul, viabilizando a criação de corredores alternativos para o escoamento de grãos do Centro-Oeste brasileiro, que reduzirão custos logísticos e, conseqüentemente, trarão maior competitividade ao produto do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) também avaliará a construção de um ramal ferroviário, como extensão da EFVM, com cerca de 82 quilômetros, de Santa Leopoldina a Anchieta, no litoral do Espírito Santo, sendo parte destes desembolsos elegíveis de dedução do custo total da outorga.

"Estamos muito felizes em dar mais um importante passo no de-risking da companhia. As prorrogações antecipadas retiram uma grande incerteza sobre a perenidade de parte relevante de nossa cadeia de logística integrada", afirmou o diretor-presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo. "A EFC e EFVM foram pioneiras na implementação do nosso modelo de gestão (VPS - Vale Production System). Entre 2006 e 2019, investimos R\$ 35,7 bilhões nas duas ferrovias, que hoje estão no rol das mais seguras do mundo. Continuaremos a investir para manutenção e expansão desses ativos", completou.

Os desembolsos para as prorrogações antecipadas de concessões ferroviárias já vinham sendo considerados no planejamento de longo prazo da companhia, que os reconhecerá em seu balanço patrimonial, no respectivo trimestre da assinatura dos termos aditivos, a valor presente, ativos intangíveis relativos à totalidade dos compromissos com outorga, contrapartidas Fico e Fiol, entre outros compromissos. Tais compromissos não impactarão o Ebitda, e menos de 5% dos compromissos serão contabilizados como Capex, porém a amortização dos ativos intangíveis é redutora do lucro líquido.

A aprovação do Conselho de Administração da Vale ocorreu após a avaliação final dos termos aditivos dos dois contratos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Foram cinco anos até chegar à assinatura do documento. A Vale formalizou o pedido de prorrogação antecipada em dezembro de 2015. Dois anos depois, o Congresso Nacional aprovou a Lei 13.448/17 que regulamentou o assunto e permitiu a inclusão de investimentos cruzados como contrapartida pela antecipação dos contratos, como é o caso da Fico.

Durante este período, os planos de negócios para a prorrogação da EFC e da EFVM foram avaliados pela ANTT e pelo Ministério da Infraestrutura e, depois, submetidos a audiências públicas. As contribuições públicas e as ponderações da Vale foram novamente apreciadas pelas autoridades, sendo algumas sugestões incluídas nos planos de negócios das duas ferrovias. Por fim, em julho, o Tribunal de Contas da União aprovou a renovação antecipada dos contratos.

Mobilidade Urbana

As EFC e EFVM já são consideradas hoje as ferrovias mais seguras e produtivas do Brasil, igualando-se ao padrão de segurança das chamadas Class 1 norte-americanas. Com a prorrogação antecipada das duas ferrovias, serão realizadas mais de 460 obras, que vão aumentar ainda mais a segurança e a mobilidade urbana, beneficiando 33 municípios, em Minas Gerais e no Espírito Santo, e 25 municípios, no Pará e no Maranhão, nos próximos 10 anos. No total, serão construídos 40 viadutos, 30 passarelas, 147 cancelas automáticas, seis passagens de nível inferiores, além de 200 quilômetros de vedação e 29 acessos a comunidades.

Os novos contratos também vão permitir a ampliação dos trens de passageiros das duas estradas de ferro, que hoje transportam 1,3 milhão de passageiros por ano. A partir de 2026, o trem de passageiros da EFC deixará de circular em dias interlacados e passará a ser diário. Já o da EFVM fará duas viagens diárias nos meses de alta temporada a partir de 2025

Do total de investimentos previstos na prorrogação antecipada das duas ferrovias, R\$ 1,8 bilhão serão destinados à EFC e R\$ 2,1 bilhões à EFVM.

Locomotiva da EFVM em circulação: investimentos da prorrogação antecipada vão melhorar a malha e trazer mais segurança às comunidades ao longo da via

Agronegócio

A construção da Fico e a compra de trilhos e dormentes para a Fiol foram definidas pelo governo federal como investimentos cruzados no contrato da prorrogação antecipada da EFVM. Com 383 quilômetros de extensão, a nova ferrovia ligará Água Boa (MT) a Mara Rosa (GO), conectando o Vale do Araguaia, importante região produtiva e em desenvolvimento do Mato Grosso, à Ferrovia Norte-Sul (FNS).

A Fico irá favorecer o escoamento da safra pelos portos de Santos (SP), de Itaqui (MA) e, no futuro, também pelo o de Ilhéus (BA), a ser atendido pela Fiol. Para esta última ferrovia, a Vale irá comprar mais de 56 mil toneladas de trilhos e cerca de 32 mil dormentes, que serão usados no segundo trecho, entre os municípios de Caetité e Barreiras, na Bahia. A Fico, a Fiol e a FNS formarão, no futuro, a chamada cruz ferroviária nacional, que viabilizará a redução do custo Brasil por conta do uso maior de ferrovias na logística de transporte nacional.

Maior produtiva e menos poluente

Atualmente, a EFC e a EFVM representam cerca 6% da malha nacional ferroviária em extensão, mas foram responsáveis pelo transporte de 62% de todos os produtos que circularam por trens no Brasil em 2019. Com os novos contratos de concessão, as duas ferrovias terão maior disponibilidade em suas malhas para transportar cargas gerais, como grãos, combustíveis e fertilizantes.

A EFC, que foi duplicada pela Vale recentemente, já está capacitada para escoar cerca de 20 milhões/tons de carga geral por ano, oito milhões a mais que a demanda atual, de 12 milhões de toneladas por ano. Somente este aumento de capacidade representa 307 mil viagens de caminhão a menos nas rodovias, com a possível migração de cargas do modal rodoviário para o ferroviário, que é menos poluente e mais seguro. Na EFVM, há previsão de aumento de 20% do transporte de carga geral. Recentemente, as duas ferrovias da Vale foram reconhecidas como líderes nacionais em desempenho socioambiental, segundo o Índice de Desempenho Ambiental do Ministério da Infraestrutura.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/12/2020

DOCAS DO RIO VAI MODERNIZAR O CAIS MAIS ANTIGO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 16 Dezembro 2020*

Obras estruturais no Cais da Gamboa serão realizadas para permitir o aprofundamento de berços de atracação e viabilizar operação com navios de maior porte

Foi iniciado o procedimento licitatório para ampliação e modernização do Cais da Gamboa, o trecho mais antigo do Porto do Rio de Janeiro, inaugurado em 1910. As obras, estimadas em R\$195 milhões, serão iniciadas em 2021, com prazo de conclusão previsto para um ano após contratação da empresa vencedora do certame. O edital de convocação encontra-se no site da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que divulgou a informação na última terça-feira (15).

As obras, que contemplarão uma faixa do Cais da Gamboa, numa extensão de 600 metros entre os cabeços 100 e 124, serão fiscalizadas pela Superintendência de Engenharia da Diretoria de Gestão Portuária da CDRJ. Segundo o superintendente de Engenharia, Roberto Catalão, "os estudos realizados confirmam a viabilidade técnica, socioeconômica, financeira e ambiental dessa intervenção, que não vai modificar as condições atuais do meio ambiente e manterá as características básicas do cais existente".

Catalão explicou que a estrutura desse trecho do Cais da Gamboa - um cais de peso que possui uma base de fundação de forma metálica com um muro duplo de pedras de cantaria de granito, preenchidos com concreto ciclópico - foi projetado e construído com as técnicas disponíveis à época, para um calado de aproximadamente 9 metros. "Essa profundidade não atende mais à maioria dos navios modernos, que necessitam de pelo menos 13,5 metros, mas para que possamos aumentar esse calado operacional, precisamos modernizar as fundações e estruturas originais do cais, que não suportariam uma dragagem", detalhou.

O diretor de Gestão Portuária da CDRJ, Mário Povia, ressaltou que, após a execução das obras de modernização do cais, a CDRJ pretende realizar a dragagem do trecho: "Para o desenvolvimento de novos negócios e melhoria das condições de atratividade do porto, é imperativo o aumento do calado operacional dessa área, que passará a receber navios de maior porte, permitindo a otimização do uso de uma infraestrutura que é fundamental para o Porto do Rio de Janeiro, que a partir de então estará apto a captar novas cargas e novas linhas de navegação, inclusive dando lastro a outras conquistas do cluster portuário, como a instalação do sistema VTMS, a introdução do calado dinâmico e a navegação noturna no canal de acesso, reduzindo os custos operacionais em razão de um significativo aumento de eficiência".

Para o superintendente de Gestão Portuária do Rio de Janeiro e Niterói, Leandro Lima, com a execução dessas obras, o Porto do Rio de Janeiro atingirá um melhor desempenho no uso da retroárea, na logística de transporte interno e na segurança das operações, captando um maior fluxo de cargas para o Porto do Rio de Janeiro. "Esse trecho do Cais da Gamboa tem uma grande vocação para movimentar diversos tipos de carga geral e granéis, como por exemplo: trigo, ferro gusa, concentrado de zinco, cargas de apoio às atividades offshore, entre outros. Com a modernização do cais e o aprofundamento do acesso aquaviário, esse mix de cargas será mais variado e rentável, podendo até duplicar a demanda", enfatizou Leandro.

As etapas das obras incluirão: a execução de estacas para dar suporte à nova viga de coroamento do cais; injeção de nata de cimento ou de solo cimento que funcionará como uma parede de contenção para impedir a erosão abaixo do muro do cais; vigas de coroamento, uma sobre o cais atual e outra a cerca de 5 metros, apoiada nas novas estacas; e lajes pré-moldadas com capa de concreto, que serão apoiadas nas vigas de coroamento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/12/2020

MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO ARCO NORTE CRESCEU 8,4% DE JANEIRO A OUTUBRO DESTES ANO

Por Dérika Virgulino *PORTOS E LOGÍSTICA 16 Dezembro 2020*

A região Norte do país vem apresentando um crescimento importante na movimentação portuária nos últimos anos, sobretudo devido às melhorias logísticas no escoamento da produção do agronegócio proveniente do estado do Mato Grosso. De acordo com dados apresentados pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), entre janeiro de outubro deste ano, houve um crescimento de 8,4% na movimentação dos portos daquela região, que tem como zona de abrangência seis estados. As informações foram dadas durante o Webinar 'O potencial dos portos do Arco Norte', realizado pela Portos e Navios, nesta quarta-feira (16).



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170503-vila-do-conde.jpg>

Na região da Barra Norte, no Rio Amazonas, a movimentação até outubro foi de 38,8 milhões de toneladas.

Só no Rio Amazonas existem 55 Terminais de Uso Privado (TUPs) e dois portos públicos. Destes, 17 terminais realizam navegação de cabotagem e longo curso. De acordo com o presidente da ATP, o Almirante Murillo Barbosa, na região da Barra Norte do Rio, trecho de acesso ao mar, a movimentação foi de 38,8 milhões de toneladas pelos portos, considerando o longo curso e a cabotagem. Ele destacou que caso a Barra Norte fosse um porto, ele só ficaria atrás dos portos de Santos e Paranaguá em termos de movimentação.

A ATP junto com a Marinha do Brasil e outras entidades vem realizando o Projeto Barra Norte que tem como objetivo aumentar o calado autorizado para navegação da Barra Norte, da Foz do Rio Amazonas. No início do projeto o calado na região era de 11,5 metros. Segundo Barbosa, esse calado permaneceu neste nível por pelo menos 40 anos, pois só existia a atuação de uma única empresa.

Hoje, o calado autorizado na Barra Norte já se encontra em 11,7 metros. Os estudos estão indicando que podem ser autorizados os 11,9 metros. A continuidade dos testes pode tornar viável um calado de 12,5 metros, porém, o ideal para aquela região, de acordo com o Almirante, é um calado de 13,3 metros que permitiria o acesso de navios tipo Panamax.

O diretor-presidente da Companhia Docas de Santana, Glauco Cei, também presente ao evento, afirmou que vem sendo realizado um estudo com boias para verificação das condições de navegabilidade dos portos do Amapá, também junto à Marinha. De acordo com ele, será um conjunto de três boias para verificar a variação das marés. A ideia é que os operadores tenham acesso às informações do estudo para que possam planejar os fluxos dos navios.

A conclusão de trecho da BR-163, obra muito aguardada pelos produtores do agronegócio já vem impactando de forma positiva os portos da região do Arco Norte. De acordo com Barbosa, atualmente a mesma carga vem pagando menos frete para sair por Santarém do que por Santos. No entanto, ele destacou que a redução do custo logístico só irá acontecer a partir da combinação de um conjunto de ações que também incluem a construção do ferrogirão.

Cei também destacou a importância do ferrogirão na redução dos custos, mas afirmou que a questão logística da região deve ser tratada como uma política de estado regional, de modo a envolver todos os estados da Amazônia Legal. "O importante é o poder político ter esse entendimento", frisou.

O potencial da região do Arco Norte é a movimentação de grãos sólidos, com destaque para a soja e o milho. Porém, o diretor comercial de rebocadores da Wilson Sons, Elísio Dourado, que também participou do debate, afirmou que alguns players estão começando a organizar a cadeia de fertilizantes no que ele chamou logística reversa, ou seja, da região Norte para o Centro-Oeste.

Barbosa destacou ainda que o Projeto de Lei (PL 4199/2020), BR do Mar pode trazer mais competitividade para os navios contêineres, mas que isso não supera o transporte de cargas do agronegócio para a região.

A Webinar 'O potencial dos portos do Arco Norte' teve o patrocínio da Wilson Sons e Praticagem do Brasil

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/12/2020

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA CODEBA SERÃO LEILOADOS SEXTA-FEIRA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Dezembro 2020



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201216-leilao1.jpg>

O Ministério da Infraestrutura, realiza, na sexta-feira (18), em São Paulo, o leilão de dois terminais da Codeba – ATU12 e ATU18, no Porto de Aratu-Candeias. Os arrendamentos devem render investimentos de R\$ 363 milhões. As áreas ultrapassam os 200 mil metros quadrados. Só em grãos sólidos - principalmente soja – a projeção é triplicar a movimentação, a partir de 2024. Ao fim do contrato, a estimativa é movimentar 10 milhões de toneladas/ano.

O projeto prevê a implantação de equipamentos e edificações para desembarque, embarque e armazenagem. Os terminais vão atender às demandas

da produção agrícola da região chamada de Matopiba: formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Projeto ATU12 (brownfield) – destinado à movimentação de grãos sólidos, principalmente fertilizantes, concentrado de cobre, coque de petróleo e minérios diversos, com destaque para o minério de ferro. São aproximadamente 160 mil m², com expectativa de movimentação média de 2 milhões de toneladas/ano. O prazo do contrato é de 25 anos.

Projeto ATU 18 (greenfield) – destinado à movimentação de grãos sólidos vegetais - grão de soja, farelo de soja, trigo e malte. Área de 51.6 mil m². O prazo do contrato é de 15 anos, projetado para movimentar 8 milhões de toneladas/ano, ao fim do contrato.

O diretor-presidente da Codeba, Carlos Autran, responsável pela gestão do complexo portuário formado por Aratu, Salvador e Ilhéus, destaca a necessidade de ampliação e investimento nas áreas portuárias para atender demandas reprimidas e, principalmente, demandas futuras geradas pelo crescimento do país. “O Brasil está avançando economicamente. Batendo recordes na produção de soja. É um momento estratégico para capacitar as estruturas portuárias”, explica.

A gestão dos terminais se dará nos mesmos moldes do que já ocorre no Porto de Salvador com a Tecon – Wilson, Sons, operadora portuária de carga e descarga de contêineres, e a Intermaritma Portos e Logística S/A.

Fonte: Ascom-Codeba

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/12/2020

TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ TEM CALADO OPERACIONAL AMPLIADO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Dezembro 2020

A TCP – empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, teve seu calado máximo operacional ampliado, passando de 11,80 metros para 12,10 metros. Aprovado no último dia 7, a nova medida vale para os berços 217 e 218, podendo ser ampliado para o berço 216. Com isso, clientes do terminal poderão usufruir de maior disponibilidade e espaço para embarques.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201216-calado.jpg>

Para que a marca fosse possível, o Porto de Paranaguá passou por obras de dragagem de aprofundamento, realizadas entre os anos de 2017 e 2018. Em 2020, foram realizadas as aprovações junto à Marinha do Brasil, em um trabalho liderado pela autoridade portuária com auxílio da TCP e outros segmentos do porto.

“Durante os últimos seis meses trabalhamos na comprovação da viabilidade do aumento do

calado operacional para os grandes navios de contêineres, que se dará de forma gradual ao longo dos próximos meses. Estes avanços são frutos da excelente gestão das autoridades portuária, marítima e de praticagem, principalmente com relação às áreas de engenharia e operações”, disse o diretor comercial e institucional da empresa, Thomas Lima.

De acordo com o diretor, ganhos para os clientes dizem respeito às janelas de atracação de navios com LOA (comprimento máximo) de até 345 metros, que se tornarão mais flexíveis, deixando o terminal mais competitivo para armadores, importadores e exportadores, e com uma capacidade operacional ampliada em mais de 140 mil TEUs no ano.

Segundo Thomas Lima, a aprovação do novo calado operacional é mais um passo para transformar o terminal em um Hub marítimo, e novos investimentos na infraestrutura marítima são esperados. “Planejamos em conjunto as demais entidades do porto as melhorias de infraestrutura marítima. Isso irá acontecer com a remoção de rochas no acesso principal, revisão da sinalização náutica nos acessos, e com a dragagem dos novos dolphins” finaliza.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 16/12/2020

CONSULTA SOBRE DESESTATIZAÇÃO DA CODESA SERÁ ABERTA NESTA SEXTA-FEIRA

Da Redação **PORTOS E LOGÍSTICA 15 Dezembro 2020**



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201215-codesa-porto-de-vitoria.jpg>

A consulta pública sobre a desestatização da Codesa será instaurada nesta sexta-feira (18). A informação foi do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. A finalidade da consulta é receber contribuições e sugestões relativas ao modelo do contrato de concessão.

A consulta pública ficará aberta por 45 dias, de acordo com o cronograma do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A fase seguinte, audiência pública, está prevista para março, quando serão tratados assuntos relativos à venda da companhia e outras agendas, como a relação empresa e empregados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 16/12/2020



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006